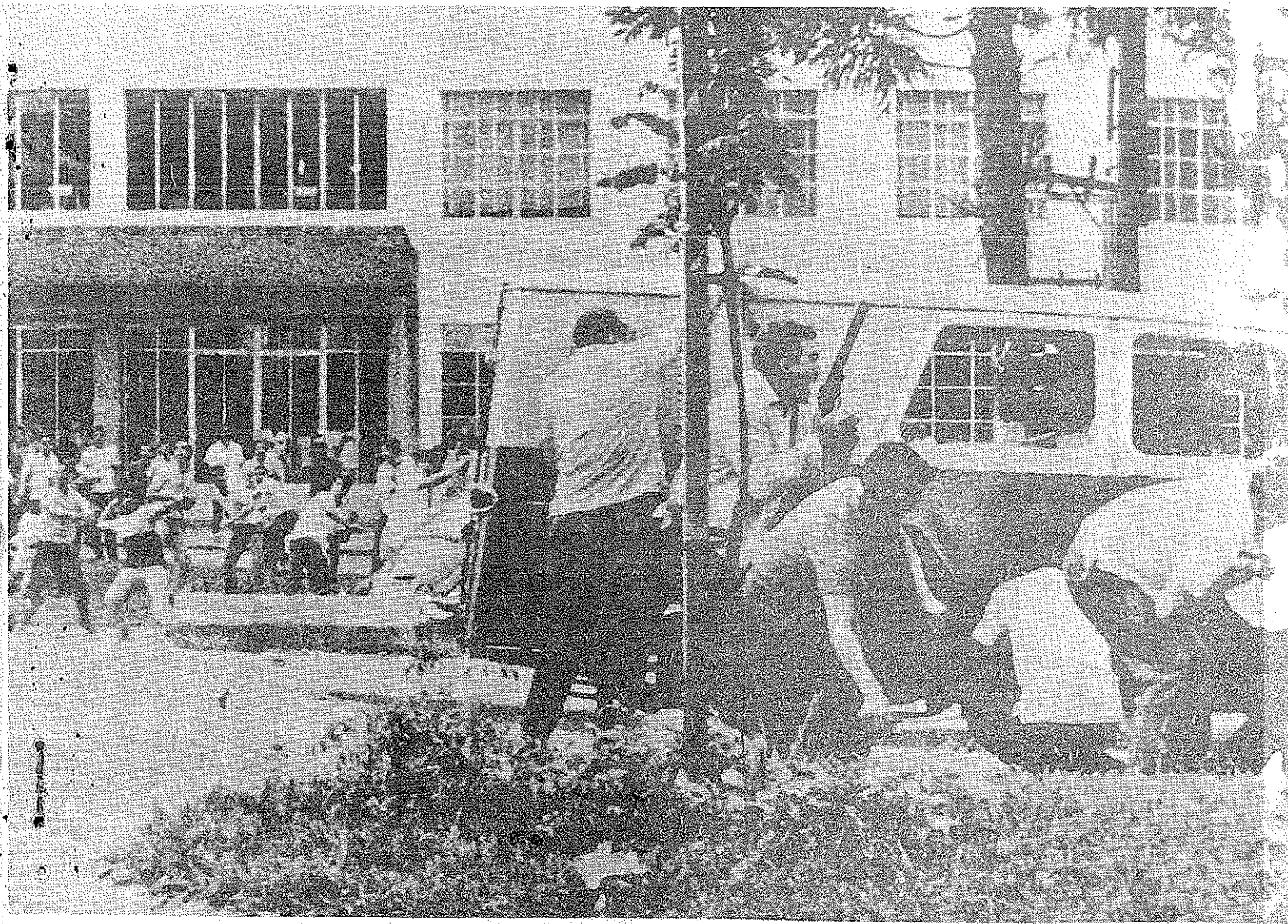


..... DEBATE

Problemas da revolucao

brasileira



Nº 6

abril 71

AS CONTRADIÇÕES NO SEIO DAS CLASSES DOMINANTES

O objetivo da análise da natureza de classe da ditadura oligárquico-militar e da fase atual do imperialismo e do capitalismo (ver Debate-5) é a determinação das contradições entre as classes dominantes e o povo trabalhador e das contradições existentes no seio das próprias classes dominantes.

Tal análise conduz à definição do caráter anti-nacional do imperialismo e do caráter anti-social do capitalismo. Num nível mais concreto de determinação, deve também conduzir à compreensão da situação presente, do momento atual, sobre o qual incide a prática revolucionária, entendida como transformação da realidade existente. Evidentemente, para se chegar ao concreto, é preciso partir dele. Isto significa, para o marxista, duas coisas: 1) o concreto é o ponto de partida da análise; 2) seu conhecimento científico supõe a determinação das forças motrizes da sociedade existente, de suas contradições e de como elas se desenvolvem numa situação determinada. Tomaremos dois exemplos, tirados de nossa imprensa revolucionária, para ilustrar as considerações de método acima expostas. Estes exemplos se referem à questão que ora nos preocupa, da natureza de classe da ditadura e das tendências atuais do capitalismo e do imperialismo. Mais precisamente, eles buscam caracterizar as divisões políticas no seio das classes dominantes, bem como apreciar-lhes o alcance. Eles partem portanto do concreto imediato (isto é, da luta política tal como ela se apresenta na superfície da cena política) e buscam explicar sua natureza real.

O primeiro é um texto da VAR-PALMARES, datado de maio 70 e intitulado A Conjuntura Política. Na parte que trata da política nacional ("As três correntes da direita") lemos o seguinte:

"Nota-se nos meios políticos brasileiros uma tendência a tornar cada vez mais claro o panorama dos grupos em luta. A corrente de Albuquerque Lima, de base militar "alvaradista", radicaliza a sua posição, na medida em que acelera a composição com setores de maior poder no Exército e alguns políticos de penetração popular.

Esta aceleração é também acompanhada pela adoção no âmbito do grupo dirigente de posições políticas capazes de esvaziar de alguma forma a oposição da direita nacionalista. Elas são fruto do isolamento político do atual governo, submetido não só à crítica nacionalista, mas agora também à oposição relativa do capital monopolista.

Sem incorrer no simplismo, ao julgar a atual situação do grupo Medici, podemos distinguir a viabilidade de sua manutenção como ligada a um conjunto

de atitudes (e acrescentariam a nós, de iniciativas propagandísticas) conciliatórias, que de algum modo esvaziam o radicalismo das críticas albuquerqueistas...

(...) Tal é o conteúdo do projeto de 200 milhas(...)

(...) Medici, possuidor de uma base estreita, desgastada pelas críticas ao seu endurecimento, conduz a sua política no sentido de...reduzir o alcance...da direita nacionalista.

(...)

Para não deformar o quadro de nossa análise, constatamos a terceira corrente da direita, que tem criticado de forma não menos decidida o grupo no poder...São representantes deste setor o general Cordeiro de Farias, golpista de velha data, o ex-ministro do planejamento, Roberto Campos e, de um modo geral podemos identificar a antiga "Sorbonne"...Sem dúvida o setor de maior confiança do capital monopolista com o qual mantém notórias ligações.

A base das críticas desse grupo ao governo é a existência de condições infra-estruturais para uma mudança na política econômica, permitindo uma liberalização momentânea da política salarial. São constantes o aparecimento de documentos e dados sobre o nível de participação do governo na economia, e a crítica da tendência à sua ampliação. A alegada taxa de desenvolvimento... (9% no ano passado) não correspondeu ao "clima de desânimo entre os empresários", refletindo "em boa parte os investimentos do Estado nos setores infra-estruturais, e para enfrentar estes investimentos o governo foi obrigado a manter uma tributação alta, onerando empresas e pessoas" (Domar Campos Correio da Manhã de 19/IV/70).

(...)

A crítica do grupo de confiança do capital monopolista tem aumentado na medida em que se torna mais clara a "definição" do governo na tentativa de esvaziar a direita nacionalista. As declarações de Medici sobre o fim do Liberalismo e a sua transformação em capitalismo social encontraram forte oposição de Roberto Campos e do "Estado de São Paulo" entre outros. Localizando a existência de condições para uma relativa abertura no plano econômico, este grupo dispôs-se a uma mudança na superestrutura política e jurídica que atenda aos objetivos de eliminar...um dos pontos de fortalecimento da direita nacionalista: desgaste do governo num processo permanente de endurecimento" (VAR-PALMARES, Resolução Política da Direção Nacional, maio 70).

Esta longa citação permite que situemos, a partir de um exemplo concreto, a questão geral acima colocada. Fala-se em três correntes políticas nas classes dominantes: a de Albuquerque Lima ("direita nacionalista"), a de Gar-

rastazu (o grupo no poder) e a "Sorbonne" (castelistas). Na medida em que a política do grupo no poder é definida como conciliatória (análise com a qual concordamos em princípio) e como quem concilia não defende posição própria mas procura equilibrar-se sobre duas posições contraditórias, podemos concluir que a contradição principal no seio das classes dominantes é a que existe entre a "direita nacionalista" e o grupo da "Sorbonne" que, segundo a VAR, é o "grupo de confiança do capital monopolista". Garrastazu Medici representaria pois uma conciliação entre a "direita nacionalista" e o "capital monopolista". O primeiro mérito desta análise é buscar determinar a base econômica das lutas políticas no seio das classes dominantes. O segundo é interpretar corretamente o governo Medici como um governo de conciliação (entre as classes dominantes, evidentemente).

Mas a análise da VAR apresenta também algumas insuficiências. Com efeito, indica a base econômica do castelismo ou grupo Sorbonne (Capitalismo Monopolista), mas não indica a base econômica da "direita nacionalista". Não indicando esta base econômica, não pode conhecer sua base social e portanto, a despeito da preocupação em ir às raízes dos fenômenos, não consegue superar inteiramente o ponto de vista que reduz a luta política à intriga palaciana, que reduz as diferenças qualitativas a diferenças puramente quantitativas ("duros" e "moles", mais entreguistas, menos entreguistas, etc.). A questão: quais os interesses econômicos que defende a direita nacionalista?, permanece sem resposta. São interesses contraditórios aos do "capitalismo monopolista"? Ou ao menos, opõem-se a eles em algum nível? São perguntas que ficam sem resposta.

O segundo exemplo: o documento "A Situação Atual", elaborado pelo MR-S. Logo no início lemos a seguinte passagem: "Dois grupos de contradições se destacam (nas classes dominantes): de um lado, a contradição que divide os partidários da "linha dura" (maior rigidez no referente ao regime democrático burguês anterior) e os que vêm no abrandamento das tensões políticas o melhor caminho para ver solucionado o problema da falta de prestígio e popularidade que marcam o governo desde o início; para isso advogam um período de excessão limitado no tempo com a volta à "normalidade" com rapidez. De outro lado, a contradição que divide integracionistas, partidários de uma integração sem reservas com o imperialismo e "nacionalistas" que veem essa integração com restrições e com uma margem maior de regateio. (...) as forças armadas vão permanecer com o controle do poder político e para o seu interior vão se transferir, portanto todas as contradições que caracterizavam o conjunto das classes dominantes". Relativamente à análise da VAR notam-se várias diferenças. De um lado, a divisão entre "duros" e "brandos" fica na superfície dos fenômenos. Não identifica a base econômico-social destas duas tendências. Ora, não somente o caso brasileiro, mas também o caso argen-

tino mostram claramente que a contradição entre "integracionistas" e "nacionalistas" está na base da contradição superficial de "brandos" e "duros". Por isso a VAR chega perto da verdade quando liga a tendência "branda" ao "grupo de confiança do capital monopolista". Dizemos que chega perto da verdade, mas não chega à determinação completa do processo, posto que não determina a base econômico-social da tendência "nacionalista" (podendo-se mesmo perguntar se na concepção da VAR existe contradição entre os albuquerquistas e o capital monopolista). No caso argentino, a recente queda de Levingstone, substituído por Lanusse, exprime a vitória (provisória) da tendência "branda" e ligada ao capital monopolista internacional sobre a tendência "dura" e burguesa-nacionalista. (Não queremos dizer que Levingstone representasse esta tendência; dizemos apenas que tentava jogar com ela, para continuar a chamada "revolução nacional"). A conclusão é que portanto a contradição "brandos" e "duros" não constitui uma contradição independente, devendo ser explicada a um nível mais profundo, e sobretudo, partindo-se da contradição entre o Capitalismo Monopolista Internacional e o Nacionalismo da Grande Burguesia.

Que muitos companheiros procurem evitar tal conclusão, que insistam em ver a contradição "brandos" e "duros" como se ela fosse independente, como se brandura e dureza fossem categorias do materialismo histórico, isso se deve a uma razão muito precisa. Seria preciso dizer qual é esta razão? Começaremos lembrando uma anedota, infelizmente verdadeira, ocorrida numa reunião política há alguns anos atrás. Um companheiro, empenhado em criticar o "Partidão", dizia que a teoria da "burguesia nacional" era falsa por duas razões: primeiro porque a burguesia nacional não existia, e segundo porque ela era muito fraca... A anedota tem seu valor pedagógico. Na medida em que a crítica ao burocratismo, ao oportunismo e ao reboquismo do assim chamado Partido Comunista Brasileiro foi feita ou ao nível da tática (luta armada) ou ao nível puramente ideológico (reformismo, revisionismo), mas não se realizou a partir de uma análise marxista correta da sociedade brasileira, de suas contradições e da dinâmica de seu desenvolvimento histórico, criou-se uma atmosfera de temor maniqueísta a toda análise que de perto ou de longe lembrasse as do "Partidão". E já que o "Partidão" dizia que a burguesia nacional existia, decretou-se que ela não existia. Com isso, permanecia-se ao nível da negação abstrata da análise do dito partido: a verdade passava a ser o contrário do que ele dizia.

Não queremos dizer com isso que a teoria revolucionária brasileira permaneceu, depois de 64, na estaca zero. Ao contrário, não faltaram aqueles que, sem se influenciarem pelo clima maniqueísta reinante em nossa esquerda, empreenderam a análise marxista da sociedade brasileira, ligando-a a discussão

sobre a tática, isto é, sobre o método para transformá-la. É assim por exemplo que Carlos Marighella, já em 1966, escrevia:

"O Brasil chegou ao limiar de sua expansão industrial típica, num momento em que a revolução industrial já estava realizada nos principais países do mundo e quando a época contemporânea já havia adquirido suas características essenciais. É este o fenômeno que explica porque a burguesia brasileira não teve forças nem recursos acumulados para implantar a indústria básica do Brasil, partindo da iniciativa privada. Para implantar a indústria básica, teve que deixá-la nas mãos do Estado, que instalou a siderurgia e tomou a si o encargo de explorar o petróleo e expandir a produção de energia elétrica. O monopólio estatal surgiria, assim, como uma categoria do capitalismo nacional, patenteada a fraqueza da burguesia brasileira para fazer da indústria de base um produto da empresa particular" (Marighella, A Crise Brasileira, p. 13; publicado em Debate-3).

Marighella indica aqui o fenômeno crucial do desenvolvimento histórico do Capitalismo no Brasil: o papel dominante do capitalismo de Estado na infra-estrutura econômica e na indústria pesada. Aqui está o "segredo" da persistência, inclusive nas condições da ditadura oligárquica e militar instaurada pelo golpe de 64, de tendências "nacionalistas" no seio de nossas classes dominantes. A contradição entre os setores que querem apoiar-se principalmente no capitalismo de estado e no setor público da economia e os que constituem, no Brasil, o prolongamento do grande capital monopolista internacional, é uma das principais contradições hoje existentes no seio das classes dominantes. Admitir esta tese não implica em absoluto, reconhecer uma "burguesia nacional" com o papel histórico que lhe atribui o PCB. A prova disso é que o nacionalismo grão-burguês na América do Sul defende, ao nível jurídico-político, um estado de tipo autocrático-militar, ao passo que é justamente o setor vinculado ao capital monopolista internacional que preconiza, como o mostra a análise da VAR, a volta às instituições clássicas da república burguesa. A tese do "Partidão" de que a burguesia nacional era aliada do proletariado, do campesinato e do conjunto do povo na transformação nacional e democrática de nossa sociedade, esta sim, é uma tese oportunista, uma tese reboquista, uma tese que abandona na teoria e na prática a luta pela hegemonia do proletariado e de seus aliados. Mas inferir daí que a burguesia nacional "não existe", que não há setores (importantes) que se batem, no seio das classes dominantes, por um desenvolvimento nacional do capitalismo monopolista, que não há setores interessados em transformar o Brasil em grande potência capitalista, é fechar os olhos para a realidade. Ora, dizia Lênin, "nossa teoria é invencível porque é verdadeira"...

Aliás, os erros do "Partidão" nunca foram apenas políticos. O "Partidão" nunca chegou a entender o Brasil, coisa que o economista Caio Prado Jr. demonstrou sem dificuldade em seu livro A Revolução Brasileira (2 edição, pp. 48-49). Falando aí da influência negativa que teve a III Internacional sobre nosso movimento operário, Caio Prado cita uma passagem de um documento, redigido pelo Bureau Sul-americano da Internacional Comunista, intitulado Por un viraje decisivo en el trabajo campesino, que contém "afirmações verdadeiramente assombrosas a respeito de nosso país". "Referindo-se por exemplo aos grandes produtos de exportação que fundamentavam a economia brasileira, alinham-se aí, a par do café (até aí iam os conhecimentos do Bureau acerca do Brasil), a borracha (que em 1933 - data da publicação do documento - tinha uma expressão mínima... o que já vinha aliás de mais de uma dezena de anos) e o arroz, cujo papel no conjunto da economia brasileira também era então insignificante, e que não se exportava. E esquece-se completamente o cacau, que nem é referido, e que, além de segundo produto da exportação brasileira, tinha, como ainda hoje tem, menos embora que naquela época, expressão econômica considerável". É nosso dever lutar para que a nova geração de revolucionários marxistas não seja formada a partir de erros similares (mesmo que se revistam de uma linguagem "de esquerda").

A questão do capitalismo de estado, e em geral do setor estatal da economia vem sendo objeto de erros do mesmo quilate. Reencontramos aqui a mesma insuficiência na crítica feita ao PCB : critica-se a tática, critica-se o capitulacionismo, conservam-se a miopia de análise e os preconceitos. São as forças nacionais e democráticas as que estão interessadas na defesa e ampliação do setor estatal da economia, dizia o PCB. Portanto, a ditadura só pode estar interessada na liquidação deste setor. Ao menos, é o que indica o modelo "nacional-democrático". Se a realidade não se adequar a tal modelo, pior para a realidade. O problema porém é que não está só o PCB ao fechar os olhos para a realidade e entrincheirar-se num montão de fórmulas pré-fabricadas. Paulo Schilling, o mais conhecido porta-voz do nacionalismo revolucionário, e que nas horas decisivas sempre esteve do lado dos explorados e dos oprimidos, escreveu um artigo (publicado inicialmente no Uruguay em forma de brochura com o título de "Una historia sucia: el capital extranjero en el Brasil", e posteriormente na revista cubana "Tricontinental" sob o título de "Brasil, entreguismo acelerado") no qual retoma a tese da contradição entre o grande capital monopolista e o setor de estado, chegando mesmo a apontar como um dos traços característicos da ditadura, a "liquidação e entrega do setor estatal" ("Historia sucia", pp. 70-71). Ora, não é preciso ser muito versado em economia brasileira para saber que o setor estatal continua de pé e bastante forte. Aliás o próprio Schilling se contradiz ao declarar, no mesmo texto, (pp. 72-73) que "se a entrega do setor estatal

não foi maior (NOTA: se a entrega poderia ter sido maior, porquê então falar em "liquidação"? Há uma retórica, que vem do populismo, e que infelizmente deixou traços em nosso movimento revolucionário, cujo abandono se impõe), esse fato, prossegue Schilling, "se deve a que as empresas do governo... dentro da tese da "socialização dos prejuízos" (Nota: sublinhado por Schilling), trabalham em regime deficitário, proporcionando matéria prima, energia e transporte baratos aos grupos econômicos privados. Por conseguinte, é mais interessante para os monopólios estrangeiros, manter esta fonte extraordinária e gratuita de ganhos adicionais, do que adquirir o controle direto das empresas estatais". Schilling ouviu cantar o galo, mas realmente não sabe aonde. Se as empresas estatais são utilíssimas para "socializar os prejuízos", e correspondem portanto aos interesses dos monopólios, porquê então tanto carnaval a respeito da "entrega e liquidação do setor estatal"? (Carnaval, que, como já dissemos, é pura fantasia, já que os fatos mostram o contrário). Consideramos que a resposta está na incompreensão da etapa atual do capitalismo e do imperialismo. Do capitalismo, porque a tal "socialização das perdas" é um fenômeno geral do capitalismo contemporâneo. Para contrabalançar a baixa tendencial da taxa de lucro, tendência irreversível numa etapa histórica em que a super-acumulação do Capital se tornou fenômeno crônico, o capital monopolista precisa abandonar ao capitalismo de estado aqueles setores onde a composição orgânica do capital, sendo extremamente elevada (estradas, obras de infra-estrutura), provocaria, se entrasse na perequação da taxa de lucro, uma baixa ainda mais acelerada desta última. Como evitar que os capitais investidos nos setores de altíssima composição orgânica entrem na perequação da taxa de lucro? Evidentemente, passando-os para as mãos do Estado burguês. Como os investimentos do Estado escapam das leis da reprodução ampliada (já que não visam lucro), os capitalistas conseguem evitar que os setores onde o processo produtivo está mais plenamente socializado (onde portanto o trabalho morto predomina quase que absolutamente sobre o trabalho vivo, fazendo com que a taxa de lucro se aproxime de zero), participem da divisão da massa de mais-valia, proporcionalmente ao capital investido. Não é nossa intenção aprofundar aqui esta questão difícil da super-acumulação do Capital, nem das formas históricas que assume em nossa época o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção. Remetemos nossos leitores para a discussão iniciada em Debate-5, na qual tivemos oportunidade de nos referir à questão do capitalismo monopolista de Estado e da baixa tendencial da taxa de lucro.

xxxxxxx

Algumas conclusões já podem ser tiradas da discussão e do balanço das diversas teses sobre as contradições no seio das classes dominantes. (1) Veri-

ficamos inicialmente que o governo Garrastazu sendo um governo de conciliação, cabia determinar quais os interesses econômico-sociais que ele concilia. (2) Daí inferimos, no interior do processo fundamental de concentração monopolista, a existência de contradições, sem as quais não se explicam as lutas atuais pela hegemonia no seio das classes dominantes. (3) Verificamos igualmente as ilusões existentes a respeito do capitalismo de Estado e do setor público da economia brasileira. Em particular, notamos que a) o setor estatal, longe de ter sido liquidado, continua constituindo um setor básico da produção brasileira e b) não há antagonismo entre o setor de estado e o capital monopolista, ou melhor, na medida em que o setor de estado está sob controle do capital monopolista, representa fator decisivo no sentido da preservação das relações capitalistas de produção.

Se o fenômeno fundamental da sociedade brasileira é hoje a concentração monopolista da produção, e posto que tal concentração se reveste da particularidade de que a oligarquia monopolista hegemônica é estrangeira (contrariamente ao que se passa nas metrópoles capitalistas), podemos formular a hipótese de que a principal contradição no seio das classes dominantes é a que opõe o desenvolvimento internacional ao desenvolvimento nacional do capitalismo de monopólio no Brasil. Que esta tese (que apresentamos como hipótese de trabalho) vai aparecer a muitos camaradas como uma sutil reedição das concepções de tipo "burguesia nacional", é algo possível, e mesmo provável. Mas diz o provérbio que o pior cego é o que não quer ver...

Uma precisão ainda antes de passarmos ao exame dos fatos (que, como dizia Lênin, são teimosos...). Se o capitalismo só se desenvolve hoje como capitalismo monopolista, e se o capitalismo monopolista só se desenvolve em vínculo estreito com o capitalismo de estado, é evidente que a contradição BRASIL GRANDE POTÊNCIA CAPITALISTA X BRASIL SATELITE YANKEE se desenvolve no interior da tendência geral de concentração monopolista da produção e que portanto qualquer um dos termos da alternativa é anti-popular. Não há outra política possível para o capitalismo brasileiro. É a política do grande capital monopolista ou então a catástrofe política... para a burguesia. Portanto não há alternativa popular no Brasil fora da hegemonia do proletariado, não há programa popular fora da nacionalização dos principais meios de produção: as tarefas democráticas e anti-imperialistas da revolução brasileira estão dialéticamente ligadas à construção do socialismo em nosso país.

O que não deve em absoluto levar à subestimação das contradições no seio do inimigo, da necessidade de distinguir o inimigo principal e os inimigos secundários, de decidir que inimigo deve ser destruído e que inimigo pode ser neutralizado de maneira a que se possa isolar o inimigo principal, etc. São questões que só podem ser resolvidas se a análise das contradições no seio das classes dominantes for correta...

Podemos passar ao levantamento e exame dos dados concretos sobre os quais fundamentamos nossas hipóteses de trabalho.

Um primeiro tipo de informação pode ser retirado do exame das unidades de produção. Evidentemente, somos obrigados a recorrer a fontes burguesas. No presente caso, temos duas fontes principais. A publicação das 500 maiores empresas do Brasil, feita pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e a pesquisa semelhante, que habitualmente faz a revista *Visão*, intitulando-a "Quem é quem na economia brasileira". Por questões de espaço, examinaremos aqui apenas a primeira pesquisa (publicada na revista *Conjuntura Econômica*, vol. 24, num. 9, 1970). O fato de que nossa fonte seja burguesa é cheio de consequências. A principal delas está no critério classificatório adotado. Nenhuma indicação fornece sobre o caráter econômico das empresas estudadas. Não diz se são nacionais ou estrangeiras, se os capitais são privados ou públicos, nem em que proporção se combinam, etc. Os critérios de análise são: o patrimônio líquido, que "inclui os valores das contas de capital, reservas, provisões, lucros retidos, lucros a distribuir, etc.", o lucro no exercício, que "compreende o agregado do lucro distribuído (dividendos, gratificações à diretoria, etc.) e do lucro retido..." e o imobilizado, "representado pelos imóveis, veículos, maquinária etc., mantidos nos registros da empresa...". Da combinação destes critérios resulta a classificação das 500 maiores empresas. Em 1969 foram elas as seguintes: 1-Petrobrás, 2-Centrais Elétricas de São Paulo, 3-Light, 4-Cia. Vale do Rio Doce, 5-Cia. Siderúrgica Nacional, 6-Cia. Telefônica Brasileira, 7-Cia. Paulista de Força e Luz, 8-Cia. de Cigarros Souza Cruz, 9-Centrais Elétricas de Minas Gerais e 10-Central Elétrica de Furnas. Estas as 10 primeiras na classificação geral. O predomínio das empresas estatais é patente. Seguem-se as empresas estrangeiras. Tal predomínio explica-se pelo fato já assinalado, de que os investimentos de infra-estrutura são normalmente realizados por capitais públicos. Ao passarmos porém aos diferentes ramos produtivos, o predomínio das empresas estrangeiras se torna manifesto. (Isto é, se entra as 10 primeiras sociedades anônimas o setor estatal aparece como dominante, no conjunto das 500 maiores o papel do capital estrangeiro é que se destaca). Verificaremos tal fato de duas maneiras: 1) dando a lista das 10 maiores empresas que se seguem às 10 primeiras e 2) examinando as principais empresas segundo os ramos produtivos. Da décima primeira à vigésima maior sociedade anônima no Brasil temos a seguinte lista: 11-Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, 12-S.A. Indústrias Votorantim, 13-Volkswagen do Brasil, 14-Cia. Geral de Motores do Brasil, 15-Inds. Reunidas F. Matarazzo, 16-Rhodia-Inds. Químicas e Têxteis, 17-Cia. Cervejaria Brahma, 18-Pirelli S.A., 19-Cia. Estadual de Energia Elétrica e 20-General Electric S.A. A mudança é nítida: o capital estrangeiro avança

bastante relativamente ao capital de estado, e o capital privado brasileiro segue-se à distância. Da vigésima à vigésima quinta maior sociedade anônima, esta tendência se acentua ainda mais. Com efeito: 21-Mercedes-Benz do Brasil, 22-Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais, 23-Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, 24-Shell Brasil S.A. e 25-Esso Brasileira de Petróleo. Por ramos produtivos (alguns exemplos somente): Borracha, Pirelli, Goodyear e Firestone por ordem de importância; Bebidas, Souza Cruz e Brahma são as maiores nesta ordem; Vidros e Cerâmica, Cisper, Paraná, Wheaton e Santa Marina; Alimentícia, Anderson Clayton, Sanbra, Nestlé; Equipamentos, Cobrasma, Villares e Krupp, etc.

Mas talvez o resumo mais interessante -do ponto de vista burguês- das relações econômicas de força entre o Capital de Estado, o capital privado brasileiro e o capital estrangeiro esteja nos dados do documento -hoje já parcialmente difundido- da Comissão Parlamentar de Inquérito que se formou em 1967 para apurar a desnacionalização da indústria brasileira. Foi a partir deste documento que o jornal Fato Novo (órgão do "alvaradismo" brasileiro) elaborou em seu número 17 (ano I, 1970) uma matéria intitulada "Até onde já estamos em mãos estrangeiras". Notemos de passagem que a simples existência deste órgão já configura uma corrente de tipo nacional-burguês, defendendo o fortalecimento do setor estatal e do capitalismo nacional. Politicamente, tal corrente -bem como seu modelo "alvaradista", constituem o que poderíamos designar provisoriamente de nacionalismo militar pequeno-burguês. Ao nível da economia lutam pela hegemonia do capitalismo de Estado, e ao nível da política, pela hegemonia do Exército. (Lutam portanto por uma transformação nacional-popular do estado militar-burguês, ou ainda, lutam pela hegemonia da pequena-burguesia na transformação nacional e democrática da sociedade brasileira. Evidentemente, farão tudo, nesta luta, para que esta transformação seja apenas nacional e democrática, isto é, para que ela não seja socialista. Mas voltaremos mais tarde a esta questão...). Os dados que indicamos abaixo referem-se pois à matéria supra-citada de Fato Novo.

Setôres:	Estado, Empresas Privadas Nacionais e Estrangeiras		
	Estimativa da respectiva influência (em % do total)		
	Cap. Estado	Cap. Privado Nacional	Cap. Estrangeiro
Agricultura	-	98,0	2,0
Bancos	57,5	39,0	4,8
Mercado de Capitais	12,0	48,0	40,0
Comércio Interno	3,0	90,0	7,0
Comércio Externo	-	38,0	62,0
Hotéis, Cinemas, Imob.	-	98,0	2,0
Serviços Públicos	64,0	8,0	28,0
Transportes Ferroviários	100	-	-
Transportes Rodoviários	2,0	93,0	5,0
Transportes Marítimos	18,0	-	82,0

Setôres	Cap.Estado	Cap.Privado Nacional	Cap.Estrangeiro
Indústria:			
Alimentos e Bebidas	-	65,0	35,0
Papel Celulose	-	70,0	30,0
Farmacêutica	-	14,0	86,0
Química	14,0	38,0	48,0
Siderurgia	65,0	18,0	17,0
Máquinas	-	41,0	59,0
Autopeças	-	38,0	62,0
Veículos a motor	-	-	100,0
Mineração	62,0	18,0	20,0
Alumínio	-	52,0	48,0
Vidro	-	10,0	90,0
Cimento	-	85,0	15,0
Artefatos de borracha(pneus)	-	-	100,0
Estimativa:			
No conjunto da economia brasileira:	18,0	73,5	8,5
Na indústria :	36,0	33,0	31,0

Embora os dados sejam de responsabilidade de Fato Nôvo, tudo indica que estejam bastante próximos da verdade. Assim sendo, e levando em conta aqueles acima apontados sobre as 500 maiores sociedades anônimas instaladas em nosso país, podemos afirmar taxativamente que a situação econômica atual do Brasil é de equilíbrio de forças entre o setor de estado, o setor nacional e o setor estrangeiro. Mas pôsto que o Estado não paira acima das classes sociais, a questão que os marxistas devem colocar é a seguinte: a que setôres e camadas das classes dominantes cabe o domínio do setor estatal da economia brasileira? Fugamos das "respostas" pré-fabricadas como da peste. A tendência geral do capitalismo em nossa época é a concentração monopolista da produção. Ora, a particularidade do Brasil está em que justamente os ramos onde é mais acelerada a concentração monopolista, mais elevada a composição orgânica do Capital e mais decisivo o pêso econômico no conjunto do processo produtivo, são ramos dominados ou pelo grande capital estrangeiro ou pelo setor de estado (com as excessões apontadas neste editorial e no editorial de Debate-5). A consequência é que o setor estatal, que nos países capitalistas avançados está a serviço da grande indústria monopolista nacional, se defronta, no Brasil, com um grande capital monopolista estrangeiro ocupando posições-chave. Onde a tendência a se pôr a serviço do capital estrangeiro. Mas evidentemente a relação de um grande acionista da Volkswagen com o setor estatal da economia brasileira não é a mesma que com o setor estatal da economia alemã. Entre outras razões, pelo fato de que uma revolução proletá-

ria no Brasil pode fazê-lo perder ações e dividendos, mas não o fará perder sua própria posição de classe. Para que esta última hipótese se verifique, será necessária uma revolução proletária na própria Alemanha. O mesmo fenômeno, visto da perspectiva do aparelho de Estado brasileiro, se manifesta na preocupação que deve ter com sua própria sobrevivência. Nenhum regime, nenhuma classe sobrevivem se não forem capazes de garantir uma base social mínima, se não forem capazes de ganhar classes aliadas, neutralizar classes indecisas e isolar as classes antagonistas. Acreditar o contrário é cair na concepção policial da História, é abandonar o terreno do marxismo. Ora, o Estado burguês-militar brasileiro enfrenta problemas que não são os problemas do gra da capital monopolista internacional instalado em nosso país. Este quer garantia de seus lucros. Pouco lhe importa saber por que meios (tortura, terrorismo de Estado) são garantidos. O Estado brasileiro que se vire para assegurar o lucro médio aos investidores. Sabemos todos como tem se virado. Mas talvez o que nem todos tenham percebido é que o governo que representou de forma mais pura no Brasil os interesses do grande capital estrangeiro é um governo que se manteve de 64 a 67, a saber aquele cujos expoentes foram Castelo Branco e Roberto Campos. Os governos Costa e Silva-Delfim Neto e Garrastazu-Delfim Neto constituem, como bem viram os companheiros da VAR-PALMARES, governos de conciliação no seio das classes dominantes. Podemos agora completar as lacunas do documento VAR-PALMARES citado acima e precisar quais as classes que compõem o bloco das classes dominantes no Brasil.

Vimos que na agricultura 98% dos capitais são nacionais e 2% estrangeiros. Para entender a política do governo no campo cabe distinguir a velha oligarquia rural, a grande exploração capitalista e a pequena burguesia rural. Do comportamento do Estado relativamente a cada uma destas classes (e a outras que não podemos enumerar aqui, já que devem constituir o objeto de um estudo específico) podem-se inferir conclusões importantes sobre sua linha política geral. Indicaremos o que nos parece as duas constantes principais da política agrária da ditadura no referente às classes dominantes: 1) enfraquecimento gradual da velha oligarquia latifundiária em proveito da moderna grande empresa capitalista do campo (na classificação de Lênin, trata-se de uma reforma agrária "prussiana"); 2) fortalecimento da pequena burguesia rural em geral e em particular da pequena e média empresa capitalista no campo. A política de erradicação dos cafezais é uma manifestação do objetivo 1; a política do trigo, do objetivo 2. Ambos convergem no objetivo estratégico de acelerar o desenvolvimento capitalista da agricultura e de criar uma sólida burguesia rural.

Na indústria, as tendências principais se articulam em torno dos principais setores econômicos. Há os que querem fortalecer principalmente o setor estatal da economia, há os que lutam pela hegemonia dos setores nacionais e os que são porta-vozes incondicionais do grande capital estrangeiro. Há sobretudo os

que se apoiam em duas destas tendências contra a terceira, e assim por diante. Tampouco faltam no coro dos interesses dominantes as vozes dos velhos interesses rurais hoje decadentes, os saudosistas da "vocaçào essencialmente agrária" do Brasil, as virgens históricas, as mal-amadas e os eunucos da Sociedade de Defesa da Família, Tradição e Propriedade, e outros fósseis do mesmo quilate. Mas estes não têm muita vez no regime que eles mesmos contribuíram para edificar: de um jeito ou de outro a agricultura terá de se industrializar e o Capital de se concentrar. A velha oligarquia rural e sua satélite, a pequena-burguesia tradicional, já estão na lata de lixo da História, mesmo que no plano político-ideológico os srs. Plínio Salgado, Corção e Gudin sejam tolerados e mesmo incentivados por um regime cujas contradições não cessam de se aprofundar. A luta verdadeira, da qual tanto Costa e Silva quanto Garrastazu almejavam o papel de árbitros, é a que opõe a massa da burguesia brasileira (com tôdas as camadas pequeno-burguesas, isto é, com tôda a produção mercantil) à oligarquia monopolista internacional e seus agentes internos. Esta luta, repetâmo-lo ainda uma vez, não é antagônica, não é de vida ou morte. Mas de seu resultado podem advir transformações de importância. Seja no sentido nacional e militar-burguês (Peru, Bolívia), seja no sentido da vitória da corrente republicana, que para não realizar a transformação nacional do capitalismo, é obrigada, diante da pressão das massas, a retroceder politicamente no sentido da liberalização (a recente vitória de Lanusse na Argentina).

Seguindo o exemplo da classe operária argentina, o proletariado brasileiro deve lutar contra a burguesia em seu conjunto mas distinguindo as contradições que a dividem. Deve ver no grupo ligado ao capital monopolista internacional seu inimigo principal, tentar isolá-lo, expulsar seus agentes do movimento sindical, cobrar na prática as promessas nacionalizantes de certos setores do regime, defender encarniçadamente o setor estatal da economia, sem contudo esquecer-se de que hoje a função principal deste setor é assegurar infra-estrutura industrial para os grandes monopólios e impedir que os ramos produtivos onde é muito elevada a composição orgânica do capital entrem na perequação da taxa de lucro. Diante das promessas das diferentes tendências nacional-burguesas (de Albuquerque a Fato Nôvo), deve conceder apóio crítico às que efetivamente golpeiem o poder dos grandes monopólios e afastem o Brasil da hegemonia yanque. Mas nunca o fará (como o fez antes de 64, sob a liderança do PTB e do PCB) em detrimento de sua independência de classe, de sua luta pela hegemonia e de sua luta de classe contra o Capital. Só assim a classe operária brasileira pôr-se-á à frente de todos os explorados e de todos os oprimidos na luta pela transformação socialista da sociedade brasileira. A tática do proletariado diante das contradições internas da burguesia deve pois ser: dos nacionalistas burgueses exigimos democracia, dos grão-burgueses republicanos exigimos nacionalismo.

CARLOS MARIGHELLA: A CRISE BRASILEIRA (partes 4 e 5)

4- SOBRE ALGUNS PRINCÍPIOS DA TÁTICA NAS ATUAIS CONDIÇÕES BRASILEIRAS

Ademais dos elementos permanentes da tática marxista, que concorrerão para criar a força organizada do proletariado, há princípios gerais e particulares, aos quais obedece a tática, nas atuais condições brasileiras.

Estes princípios dizem respeito às regras e leis confirmadas pela prática e relacionadas com o manejo e a mobilização dos elementos permanentes da tática, incluindo a frente única.

Dentre tais princípios, o da retirada tem um grande significado. Em nenhum momento qualquer passo tático deve ser empreendido sem a garantia da retirada. Quanto ao princípio da ofensiva, a experiência ensina que não é obrigatório avançar sempre, desde que, em determinadas circunstâncias, estejamos obtendo vitórias ou êxitos parciais. Necessariamente há um momento em que devemos parar e consolidar nossas forças, a fim de, em seguida, prosseguirmos avançando.

Quando a ofensiva política é do inimigo, as forças revolucionárias devem procurar abrir outra frente política sob a direção do proletariado. Esta outra frente - destinada a retirar a iniciativa do inimigo - pode ser em qualquer área. Mas só concorrerá para a mudança de qualidade da luta política, se for uma frente de luta aberta no meio rural, entre as massas camponesas.

Outro princípio importante tem relação com o problema da força do proletariado. Quer dizer, ao tomar qualquer iniciativa política, o proletariado deve ao mesmo tempo empenhar-se em criar sua própria força. A força do proletariado reside no seu trabalho ideológico e político nas empresas industriais, entre os camponeses, as forças militares, os intelectuais, estudantes e mulheres, entre a juventude e principalmente entre as camadas médias nos grandes centros urbanos.

Um dos princípios corretos do acerto tático é que o proletariado jamais deve renunciar a criar sua força própria e a fortalecer-se pela base, desde o primeiro momento em que participa da frente única. Sem isto, o proletariado não assegurará sua independência. Sem força própria, o proletariado será um joguete nas mãos da liderança burguesa.

Para que a força do proletariado seja utilizada de modo correto, deve haver uma combinação do trabalho nas empresas industriais com o trabalho no campo e entre as forças militares. Se esta combinação não for estabelecida, a tática do proletariado sofrerá uma distorção. É impossível a criação de uma frente única - que seja a única frente - sem a combinação do trabalho nas empresas industriais com o trabalho no campo e entre as forças militares.

Esta combinação deve ser feita de modo que o trabalho no campo e entre as forças militares, não seja feito apenas para a criação de uma frente única, mas também para a criação de uma frente única, com o trabalho nas empresas industriais.

possível a vitória do proletariado sózinho - sem a frente única antidi-
tadura e sem a base operário-camponesa para a frente única.

A greve geral política, nacional, do proletariado, sem apoio
dos camponeses e dos elementos militares revolucionários, bem como das
massas populares dos estudantes, intelectuais e mulheres, não produz o
resultado desejado, pois implica em lançar o proletariado sózinho à lu-
ta.

A vitória do proletariado é impossível, se - por outro lado -
o movimento revolucionário depender exclusivamente das lutas camponesas,
isoladas das lutas urbanas. Ou somente da luta militar.

No que se refere às forças militares, é impossível obter qual-
quer êxito entre elas, se o trabalho no seu interior estiver sob a in-
fluência da ideologia da burguesia ou do nacionalismo revolucionário, em
vêz de estar sob a influência da ideologia do proletariado.

Sempre que se trata da frente única, tenha-se em conta que ela
não pode ser vista somente em termos de partidos ou ex-partidos políti-
cos opostos à ditadura. É necessário ver as forças de classe da frente
única e as tendências e forças políticas ou agrupamentos que as repre-
sentam, sem executar os líderes e as lideranças.

Um princípio importante - sob êste aspecto - é o da existên-
cia de três agrupamentos de forças intermediárias, ou sejam as forças
mais numerosas da burguesia e seus fins. à esquerda estão as forças ra-
dicais. E no extremo oposto as forças de direita da frente única.

Sem levar em consideração tal princípio, torna-se difícil a-
tuar na frente única.

Antes de mais nada, é impossível desenvolver o trabalho de
frente única com resultados positivos, limitando nossa atividade e uma
ação de cúpula ou a entendimentos com a liderança das forças intermedi-
árias. Com a cúpula não se consegue a vitória. O fundamental - nêsse ca-
so - é o trabalho de base, o que exige persistência e determinação da
liderança do proletariado.

Outra questão é o princípio da unidade e luta com a burguesia
dentro da frente única. Tal princípio só pode ser aplicado se o proleta-
riado desencadear a luta de classes e souber conduzir com acêrto a luta
de massas nacionalista e democrática, na qual se inclui a luta pela ter-
ra. O proletariado deve assumir uma posição revolucionária clara, não
lhe cabendo, em nenhuma hipótese, o papel de força moderada da frente

única. Quando isto acontece, o proletariado fica a reboque da burguesia.

Nosso papel, entretanto, não é atacar as forças intermediárias para destruí-las, nem desfechar sobre elas o golpe principal, desviando-o do alvo imperialista. O perigo é nós aliarmos somente a elas e deixarmos de lado as forças radicais. Ficaremos então à mercê das forças intermediárias.

É incorreto subestimar a união com as forças radicais. O radicalismo brasileiro é fruto do avanço do movimento revolucionário ou da resistência extrema à ditadura. Apresentando uma estratégia revolucionária e uma tática coerente com tal estratégia e a ela subordinada, faremos das forças radicais da frente única um aliado do proletariado.

Trata-se da unidade com a esquerda. Um dado valioso para essa unidade - tendo em vista atrair o centro - é a aliança com os católicos, e em particular com a esquerda católica. Ademais disso, com o mesmo fito, é imprescindível nossa união com os nacionalistas revolucionários, os partidários de Brizola, Arrais, Julião e outros, e bem assim com as demais correntes esquerdistas contrárias à ditadura. Nesse particular, o Nordeste merece uma atenção especial. Os intelectuais, por sua notória resistência ao terrorismo cultural e à ditadura, tendem à esquerda, e a união com eles assume um caráter de obrigatoriedade.

Depende da unidade com a esquerda o êxito da unidade com as forças do centro opostas à ditadura, desde as que obedecem ao comando de Jango, as que são lideradas por Jânio, Kubitschek e outros.

O proletariado não pode renunciar à aliança com o centro da frente única. Mas se recusar a aliança com a esquerda, não terá força para atrair o centro e unir-se com ele.

Outro princípio tático importante, relacionado com a frente única, é o princípio da unidade de programa e de ação. O ponto de partida em tal princípio é a concordância da frente única no que diz respeito à derrubada da ditadura. Subentende-se - em virtude disso - que o fundamental para o objetivo em vista é a própria frente única antiditadura. Esta frente única deve ser a mais ampla possível e contar com todas as forças políticas e forças de classe opostas à ditadura.

Mesmo no caso destas forças agirem cada uma de per si, é imprescindível que todas as ações convirjam para o principal objetivo - ou seja, a derrubada da ditadura.

O princípio da unidade de programa e de ação não importa, en-

tretanto, em quebra de autonomia de nenhum agrupamento ou força da frente única, nem exclui o direito de crítica mútua e construtiva.

Em qualquer caso, o proletariado, e juntamente com êle os comunistas devem desencadear e apoiar lutas contra a ditadura, e, por êste meio, conduzir á luta as forças populares e nacionalistas.

Na luta contra a ditadura, devemos procurar empenhar as forças básicas da revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. Dentre as forças básicas, devemos destacar os camponeses. Êstes não devem ser lançados á luta sòmente no momento da conquista do poder estatal revolucionário, ou seja, no momento da decisão estratégica. É preciso fazê-lo desde já, o que indica a importância das lutas camponesas, das reivindicações do homem do campo e de sua participação na luta nacionalista e democrática. Isto indica também a importância da luta pela terra e da participação do campesinato na luta política contra a ditadura e por sua derrubada.

Tal maneira de proceder não significa - segundo pensam alguns - nem a mudança do caráter da revolução, que continua sendo antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, nem a predominância da contradição agrária sòbre a contradição nacional, antiimperialista.

Para o desenvolvimento das lutas, o princípio básico é a combinação das formas de luta e organização legais e ilegais e a utilização de tôdas e quaisquer possibilidades legais, no terreno da defesa das reivindicações nacionalistas e democráticas, inclusive camponesas, no terreno da política interna ou externa ou no terreno jurídico.

Isto implica em atuar com firmeza onde quer que haja massas - nos sindicatos, nas organizações populares, femininas, estudantis, camponesas e quaisquer outras. O objetivo de tal atuação é desencadear e apoiar lutas e estimular a combatividade das massas.

O princípio da combinação das formas de luta e organização é subordinado á compreensão e ao reconhecimento da importância das lutas camponesas, cujo desencadamento exige a abertura de uma segunda frente na luta política do Brasil.

O princípio fundamental da tática marxista é que, em qualquer fase da luta do proletariado, torna-se obrigatório lutar pela conquista de um tipo de governo, ou melhor, de um poder que abra caminho para a completa libertação nacional, econômica, política e social do povo. Quer

dizer, que abra caminho para a solução do problema estratégico.

Nas condições brasileiras é indispensável lutar por um governo que substitua a atual ditadura. Tal governo deve ter características realmente democráticas. Deve ser o oposto do que aí está.

A essa tarefa ficam subordinadas as demais tarefas táticas.

A tática dos comunistas - baseada no princípio de que a hegemonia da revolução deve estar com o proletariado - tem hoje um caráter completamente diverso da tática anterior. Aquela era condicionada pelo desenvolvimento pacífico. A atual é condicionada pela perspectiva básica de que a ditadura só será aliada pela força e de que em qualquer caso teremos de enfrentar a violência e a agressão armada do imperialismo dos Estados Unidos.

Enfrentamos uma situação inteiramente nova. A tática tem que ser outra.

5. REJEIÇÃO DA TÁTICA QUE SUBORDINA O PROLETARIADO À BURGUESIA

O proletariado não pode seguir uma tática qualquer. A tática que não convier à conquista dos objetivos estratégicos da revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, deve ser repelida.

Toda tática que, na nova situação do país, pretender prosseguir subordinando ideologicamente o proletariado à burguesia é uma tática condenável.

Que essa tática existe não é novidade para ninguém. Ela é o resultado da influência ideológica da burguesia no seio do proletariado.

Torna-se necessário conhecer suas características, para combater sua penetração no meio revolucionário.

Trata-se da tática que se limita a ver a aliança do proletariado com o centro da frente única, e permanece indefinidamente nestes marcos estreitos.

Sua maneira de ser é o fruto de uma concepção reboquista, por falta de confiança no proletariado. Seu ponto de partida está em reconhecer que, objetivamente, o processo político brasileiro se desenvolve sob a direção da burguesia. E disso não se liberta.

É a tática que busca uma saída moderada, teme as lutas radicais e uma solução revolucionária, para não desgostar a burguesia e manter com ela uma colaboração duradoura.

A tática a que nos referimos segue religiosamente os cânones teóricos

do passado e não vê possibilidade para o desencadeamento da revolução, a não ser quando existam as condições pré-revolucionárias clássicas. A revolução cubana já pôs por terra êste conceito tradicional, mas a citada tática ignora os fatos novos.

No que diz respeito à autocritica, essa tática não parte de um ponto de-vista de classe. Rejeita a idéia de que a causa principal do êrro dos comunistas, anteriormente, foi a ilusão na liderança da burguesia. Recusa-se a admitir que ficamos, basicamente, sob a liderança da burguesia e a seu reboque, e perdemos a autoridade sobre as massas, dando-lhes a falsa idéia de que estávamos no poder e éramos a mesma coisa que João Goulart.

Em consequência da subordinação ideológica à burguesia, acabamos caindo na política de apoio aos atos positivos de Goulart e de combate aos seus atos negativos. E o êrro consiste - nesse caso - em esperar pelas iniciativas da burguesia. Consiste em nada fazer para sair do conformismo.

Não se trata de recusar a frente única com a burguesia. Mas uma das condições típicas dessa aliança é - de nossa parte - lutar para que a hegemonia seja do proletariado e êste não fique a reboque da burguesia.

A tática que combatemos não se preocupa com tais coisas. Seu grande empenho - inspirado na idéia de que somos uma força moderadora - tem outro sentido, visa significativamente chamar a atenção para o desvio esquerdista.

Na verdade, o esquerdismo foi fruto extemporâneo da ilusão de classe, que não permitia ver a impossibilidade da conquista de um programa avançado, confiando na burguesia, em vez de confiar na luta pela base.

Atribuindo ao esquerdismo a responsabilidade principal por nosso êrro, a tática em causa não deixa de desferir alguns ataques ao desvio direitista - pelo menos para guardar as aparências.

O único resultado que consegue - por êsse caminho - é dividir as fileiras do proletariado em duas facções - esquerda e direita. Mas não convence ninguém. E o pior de tudo é a fuga ao exame da causa principal de nosso êrro, que foi a perda do sentido de classe.

Desistindo de reconhecer que nosso mal maior é tentar prosseguir com o cordão umbilical atado à burguesia, a tática referida teme aceitar como perspectiva básica a derrubada da ditadura pela força.

Esta perspectiva é concreta, pois as condições brasileiras mostram claramente que - sem o emprêgo da força - não há como derrubar a ditadura. Mesmo em face de outras alternativas, será sempre necessário o uso da força.

ça, pois o imperialismo norte-americano agiré pela violência ao sentir seus interesses ameaçados.

A tática que citamos, entretanto, admite isolar e desagregar a ditadura a tal ponto que ela se torne impotente para empregar a violência contra o povo e seja derrubada sem que a luta armada se torne a principal forma de ação.

Essa tática aceita uma tal saída porque continua alimentando ilusões na burguesia e espera que das contradições entre as classes dominantes surja um desfecho favorável ao povo, sem o apêlo a lutas radicais.

Não é por outro motivo que a mencionada tática - para fugir à apresentação do caminho violento de derrubada da ditadura - insiste em falar no caminho da luta de massas. Seria êste o caminho indicado para levar a ditadura à derrota.

Todos sabem que falar em caminho da luta de massas para derrubar a ditadura é a coisa mais elementar e menos controversa hoje em dia. O que todos querem saber é como será tal caminho.

A tática a que nos referimos define o caminho da luta de massas para a derrubada da ditadura como sendo a participação nas eleições, protestos, greves, manifestações. Como coroamento dêsse caminho, preconiza uma greve geral, nacional, política, sem recorrer à luta armada, à insurreição popular ou à guerra civil.

Julga possível, assim, nas condições atuais do país, a vitória de um processo político - com eleições, greves, manifestações e protestos - em que a ação decisiva das massas venha a ser exercida pacificamente.

Estamos aqui no pleno reinado das ilusões de classe, para não falar num reinado do Dr. Pangloss. Tal ilusão só se explica em virtude da tática que precisamos acreditar que uma das facções das classes dominantes acabará buscando ela própria a ajuda do proletariado para livrar-se da oposição ou da ameaça de outras facções também em luta pela supremacia política.

A derrota da ditadura seria, assim, o resultado da luta e da liderança da própria burguesia ou de um setor burguês, que acabaria apoiando-se no proletariado e evitando o derramamento de sangue ou a luta violenta.

Por incrível que pareça, a tática aqui exposta também se refere à luta armada. E até insiste muitas vezes em tal forma de luta. Apesar disso, lho faz uma ressalva. É quanto ao momento de sua utilização. A tática em tela esclarece persistentemente que não se há de recorrer agora a

tal forma de luta, e, sim, somente quando ela se tornar oportuna e vier a ser a forma de luta principal.

Essa maneira de focar a questão denota que a tática em referência pretende queimar os últimos cartuchos para obter uma derrubada pacífica da ditadura, mesmo ao preço da sujeição ideológica do proletariado à burguesia.

Frustrado, porém, o caminho da solução pacífica, só aí então - segundo a tática exposta - seria o momento da luta armada.

Ao adotar semelhante critério, essa tática confunde formas de luta com o caminho tático.

A questão não está em definir formas de luta, enumerá-las, selecioná-las - aceitando umas e rejeitando outras. Não está igualmente em aceitá-las todas.

A questão está no caminho tático, e este consiste em saber qual o elo que levará à derrubada da ditadura, com o emprêgo da ação de massas e o reforçamento da posição independente do proletariado.

O elo só pode ser o trabalho do campo, a penetração profunda no meio rural brasileiro, a preparação e o desencadeamento das lutas camponesas, com todas as consequências decorrentes das ações que contrariam o imperialismo e o latifúndio.

A tática a que nos reportamos despreza o papel do camponês na luta contra a ditadura, exatamente pelo temor da radicalização do processo político.

Daí porque - ao tratar do programa de lutas - só apresenta reivindicações relacionadas com o nacionalismo, com as liberdades democráticas e os interesses do proletariado. As reivindicações camponesas são omitidas. A luta pela terra é relegada para o momento da luta pelo poder estatal revolucionário.

Esta maneira de proceder indica que a tática em elusão só acredita em lutas urbanas, e isto implica em persistir na idéia de lançar o proletariado à luta sem o apoio do campesinato, como tem acontecido até agora no movimento revolucionário brasileiro. A tática aqui exposta não vê que o camponês é o fiel da balança no Brasil como em toda a América Latina.

Quanto ao problema das eleições, a tática referida o avalia mal e errôneamente, porque não confia no proletariado e prosterna-se ante a burguesia e sua liderança.

Todos vêem que o caminho da derrubada da ditadura não pode ser pela via eleitoral. E esta é uma tese provada pela experiência, eis que a di-

tadura - valendo-se da força, isto é, dos atos institucionais e complementares - transformou as eleições numa comédia, para não falar em pantomina.

A tática em causa quer, entretanto, que pelas eleições sejam infligidas derrotas parciais que debilitem o regime, apressando sua derrocada. O meio para isto seria o apoio às forças contrárias à ditadura e que mereçam a confiança do povo. Não sendo possível, tratar-se-ia de votar em branco e desmascarar a farsa eleitoral.

Desprende-se daí algo de curioso: a tática que citamos ainda não considera suficientes os instrumentos já adotados pela ditadura que invalidam as eleições e fecham as possibilidades de uma saída eleitoral, com a participação e a vitória de candidatos da confiança do povo. E isto é evidente, desde que - como tal - não podem ser classificados os candidatos aceitos pela ditadura ou com ela comprometidos. São estes, aliás, os únicos aptos a escapar das cassações e de outras leis e métodos fascistas.

Esperar que das eleições convocadas pela ditadura surja a possibilidade de infligir-lhe derrotas parciais, debilitar o regime, apressar sua derrocada e retomar o processo democrático - sem o persistente trabalho para desencadear lutas e chegar assim ao efetivo desmascaramento do atual governo - significa impleir o povo para o beco sem saída das ilusões eleitorais. O que levará o proletariado e as massas a navegarem inglôriamente nas águas dos candidatos da ditadura ou dos que pretendem salvar a quartelada de abril, depois que sentiram na própria carne a repulsa ao governo e sua política.

A tática que mencionamos não oferece melhor solução em face do problema sucessório, e levará o movimento revolucionário a outra estrondosa ilusão ou à estagnação no charco da pusilanimidade burguesa.

Em referência às crises de governo, a tática em pauta firma posição, partindo do fato de que novos golpes podem ocorrer.

A possibilidade novos golpes é real. Mas a tática citada quer - nesse caso - a intervenção das forças populares para impedir uma solução reacionária, com o fortalecimento de Castelo ou a substituição de golpistas.

Tal posição demonstra que essa tática ainda não julga Castelo suficientemente reacionário nem bastante forte, o que, entretanto, poderia vir a acontecer com o golpe. A outra alternativa para uma solução reacionária - ainda segundo a mesma tática - seria a subida de novos golpistas ao poder.

O fundamento ideológico dessa posição tática é norteadado pela ilusão na situação atual e pela esperança na sobrevivência de uma reviravolta da própria burguesia, reviravolta destinada a pôr em ordem a situação política e ensejar uma escalada democrática.

Em resumo, as características e os aspectos da tática que aludimos mostram que o proletariado nada tem a fazer com ela e que - se porventura viesse a cometer o equívoco de adotá-la - continuaria perplexo e vagueando por aqui e por ali, sem orientação em face dos atos institucionais e complementares e ante o arbítrio e a violência dos golpistas empoleirados no poder.

Eis porque o combate à subordinação ideológica do proletariado à burguesia, e, em consequência, a rejeição de uma tática baseada nesse princípio constitui um elemento fundamental para levar-se a bom termo a luta pela derrubada da atual ditadura.

PALAVRAS DE UM COMBATENTE

Há um ano atrás, Norberto Nehring deixava de existir. As circunstâncias de sua morte permanecem até hoje obscuras. A versão oficial da polícia brasileira é de que se suicidou. Sabemos no entanto o que pode significar êste verbo na boca de torturadores e assassinos profissionais. Conhecíamos Norberto. Conhecíamos entre suas qualidades algumas que tornam inverossímil a hipótese do suicídio. Seu sentido de responsabilidade. Sua calma nos momentos os mais difíceis. Sua tranqüila confiança no acerto de sua prática e na verdade de suas idéias. Por tudo isso - e isso não é tudo - paira sobre sua morte a suspeita de mais um dos odiosos crimes da ditadura. No entanto nossa preocupação maior aqui não é tanto denunciar esta eventualidade. É mais de recolher a lembrança dêste companheiro.

Fazendo-o, corremos o risco de sermos infiéis no ato mesmo em que buscamos testemunhar-lhe nossa fidelidade. É que o texto de Norberto que ora reproduzimos não se destinava a ser publicado. Trata-se do rascunho de um relato verbal que fez, a 8 de outubro de 1969, num território livre de nosso Continente, para companheiros latino-americanos reunidos em homenagem ao aniversário da morte de Ernesto Guevara. Pela escrita, pelo papel e pelo conteúdo fica patente que se trata de notas esboçadas às pressas para uma modesta cerimônia num local desprovido dos confortos urbanos no cenário, talvez, que foi tão familiar ao Che - e a tantos outros que morreram pela liberdade dos explorados e dos oprimidos.

Não podemos deixar de registrar na circunstância em que Norberto escreveu estas notas uma trágica e comovedora coincidência. Que nos toca hoje lembrar sua morte através de palavras suas que lembravam a morte de Gueva-

ra. Também comovedora é a circunstância de que a morte de Norberto se deu a igual período de distância da dos dois maiores dirigentes da Ação Libertadora Nacional, junto aos quais Norberto sempre militou : Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira.

O CHE E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Norberto Nehring

Janeiro 1959- na América Latina todos aqueles que se ressentem ativamente da opressão ditatorial e do jugo imperialista observaram, com alento, um fato decisivo para sua história - aqueles guerrilheiros cabeludos, dos quais nem sempre tínhamos notícias, haviam derrotado um exército, deposto um ditador, tomado o poder. Para os mais audazes dentre nós, os mais lúcidos, os guerrilheiros cubanos tinham efetivamente derrotado mais que o exército de Cuba. O seu exemplo significava já um duro golpe em todos os exércitos latino-americanos.

Realmente a linha da Revolução Cubana não fôra tortuosa - a chave de sua vitória consistia em uma imensa vontade de vencer, na firme decisão pela violência organizada e na correta compreensão dos anseios do seu povo.

Dois aspectos fundamentais da Revolução Cubana saltavam à vista. O giro que alguns guerrilheiros cubanos efetuaram pela América Latina trouxe, a par do caráter popular da luta, o elemento humano daquele exército. Eram eles camponeses, operários, estudantes, sem nenhum preparo militar prévio. Liderados por alguns jovens intelectuais, oriundos da classe média, haviam juntos enfrentado o poder burguês em seu país. E além disso, eram homens totalmente desvinculados da estrutura do poder vigente.

Por outro lado, a Revolução Cubana distinguia-se pela forma com que havia empregado a violência organizada. As vanguardas revolucionárias latino-americanas notaram o fato quase singular no continente - a Revolução Cubana não fôra um quartelão, mais um fruto dos tristemente famosos "pronunciamentos". Tampouco confundia-se com o método tradicionalmente pensado pelas esquerdas e raras vezes pôsto em prática, o "putsch". A questão fundamental foi levantada e como resultado imediato, os partidos de esquerda, com toda sua complexa estrutura, contemplaram suas bases oscilarem. Punha-se em dúvida, mais ou menos abertamente, a sua qualidade de instrumentos para a tomada do poder.

Essas eram as idéias que agitavam as mentes dos verdadeiros revolucionários, reduzidos à imobilidade pela pesada estrutura de Partidos que, paradoxalmente, negavam na prática o caminho armado, diante da crescente miséria do povo, da rápida penetração do imperialismo e do endurecimento da política burguesa. Janeiro de 1959 agitou, pôs em discussão, iniciou a divisão aberta das opiniões em todos os escalões da esquerda brasileira.

Mas, ainda era cedo para extrair todo o conteúdo desta revolução. O antagonismo entre os líderes da Revolução Cubana e a classe dominante do governo Batista ainda podia ser pôsto em dúvida. Não seguiria a Revolução Cubana os desairosos passos da revolução mexicana de Madeira?

No agitado mês de abril de 1961 o povo cubano mostrava ao mundo o alto valor de sua revolução e a verdadeira têmpera de seus líderes -derrotava o imperialismo em Praia Girón e, ao declarar-se socialista, era conseqüente com sua aspiração de liberdade.

A maturidade da Revolução Cubana veio progressivamente afirmando-se. As declarações de Havana, a Conferência Tricontinental e a OLAS tornavam inconteste o caráter internacionalista de suas teses, ou seja a manutenção viva de seu passado recente, que era ainda uma dura realidade para a maioria dos países de América, África e Ásia.

A esquerda brasileira acompanhou, praticamente viveu todos êsses acontecimentos e deles veio extraindo, dia a dia, os elementos necessários para aprofundar o processo de discussão iniciado em janeiro de 1959. No incrível cadinho das pretensas lideranças revolucionárias brasileiras, uma força entrava com decidido caráter, uma influência que não admitia meios-térmos, que exigia coragem que impunha franqueza: a coerência e o exemplo de Che Guevara.

Dentre os líderes da Revolução Cubana, um deles trouxe a si a necessidade de divulgá-la, de explicar aos revolucionários de todo o mundo o que ela tinha de melhor - o seu caráter popular, o seu radicalismo e o seu método.

Suas obras, "Passagens da guerra revolucionária", "Guerra de guerrilhas", "O Socialismo e o Homem em Cuba", "O discurso de Argel" e outras, tiveram influência decisiva no pensamento revolucionário de nossa terra. Foram lidas, relidas e analisadas pelos jovens, de corpo e espírito.

Mas a liderança do Che é autenticamente marxista-leninista. Não se limita a indicar o caminho teórico, exige a prática revolucionária. Sob a influência de suas obras e do seu exemplo como combatente, começam em nossa terra as primeiras ações revolucionárias. Homens e mulheres, velhos e jovens, livres do ranço do burocratismo. Poucos mas audazes.

O chamado do Che vai direto à consciência, não permite atenuante, não deixa margem ao comodismo. É ser revolucionário ou não ser nada.

Entretanto, preocupou-se o Che em transmitir, junto às suas exortações, a técnica da guerra. Se de um lado fêz valer o romantismo de seu caráter, de outro

deixou bem clara a sua concepção da guerra - um trabalho difícil, duro, que exige planificação rigorosa e reflexão conscienciosa.

Mas o maior impulso estava ainda por vir. Diante do seu próprio passado, o Che não deixou nunca de superar-se e acentua cada vez mais, na prática, o seu caráter de lutador internacionalista.

Bolívia, 1967. A guerrilha boliviana chama a atenção de todo o mundo; 8 de outubro de 1967 : anuncia-se a morte do Che. O imperialismo, certo de ter conseguido uma vitória, apressa-se em publicar o diário de campanha do guerrilheiro heroico. Os revolucionários brasileiros o lêem e analisam cuidadosamente.

O desaparecimento do Che, contra os anseios e esperanças do imperialismo, veio golpear de morte a vacilação, catalizar para suas teses a grande maioria dos revolucionários brasileiros. A epopéia da Bolívia veio fortalecer a decisão dos revolucionários e podemos dizer que muitos braços estenderam-se para agarrar o fusil do Che.

As incríveis dificuldades da guerrilha boliviana, longe de diminuir o ímpeto dos verdadeiros revolucionários, veio contribuir para a superação das dificuldades da vida guerrilheira, para o aperfeiçoamento da técnica das guerrilhas.

Neste caso, o principal erro do imperialismo, além de confundir assassinato com vitória, consiste em não saber julgar o papel dos heróis deste século, dos heróis do povo. A marca do Che na História é indelével, pois está muito acima dos fatos - está na consciência dos homens, está nos homens que forjou.

A Revolução brasileira caminha pelas próprias pernas, criará o seu próprio modelo. E seguindo o exemplo do Che, a maior homenagem que podemos oferecer-lhe consiste numa visão de nossas atividades revolucionárias, que atestam a justa compreensão de seus ideais.

Os revolucionários brasileiros, encarando a guerra como um trabalho, o trabalho mais difícil que existe, progridem rapidamente e já têm a seu favor alguns atos espetaculares. Entretanto, não nos preocupamos exclusivamente com eles. Damos igual valor ao modesto militante, sempre que viva de acordo com suas possibilidades revolucionárias.

Expropriamos a burguesia internacional em quase 3 bilhões de cruzeiros, além das armas e explosivos necessários para tocar adiante nosso programa

revolucionário. Frequentemente, uma bomba e panfletos tiram o injusto re-
pouso do imperialismo, levando a consciência revolucionária para dentro das
portas de suas fábricas, e referendando o paciente trabalho das nossas fren-
tes de massas.

"Que venham aos nossos quartéis", chamou-nos o general-gorila Lisboa,
comentando o assalto ao Hospital Militar. A resposta não se fez esperar,
mandamos o próprio quartel general pelos ares.

Os pseudo-nacionalistas brasileiros levaram um duro golpe com o rapto
do embaixador americano - curvaram a cabeça ante o poder do povo e desmas-
cararam a nacionalidade dos seus petroës.

Atualmente, tomamos a iniciativa de anunciar pelos jornais e pelo rádio
o ano da guerrilha rural no Brasil.

Os generais-gorilas, esquecidos da lição recente e admitindo, implica-
mente, a derrota na cidade, alardeiam, de galho em galho, que "no campo a jus-
taremos as contas".

O homem do campo brasileiro, sempre mantido em condições de vida deses-
perantes, marcou a História do Brasil com sua coragem, com sua disposição
de luta. Aí estão a guerra de Canudos e do Contestado. - O norte e o sul
do Brasil. O conteúdo messiânico dessas lutas, nós substituiremos pela Re-
forma Agrária e no lugar da esperança do milagre para a vitória, nós co-
locamos a técnica da guerra.

Estamos seguros da vitória do Exército do Povo. Entretanto, não temos
ilusões - sabemos que será uma guerra longa e cruenta e é para essa guerra
que nos estamos preparando.

Os revolucionários brasileiros amam a vida, exigem viver com dignidade
e enfrentam com armas na mão aqueles que nos querem matar, que nos querem
fazer viver sem dignidade. Assim procedemos, certos de estarmos seguindo
o máximo exemplo de Che Guevara.

XXXXXX

O TEXTO VEM ASSINADO : DISCURSO PRONUNCIADO POR FRANCISCO DIA 8/10 (morte
do Che)

LEIA, DISCUTA, CRITIQUE, COLABORE COM DEBATE !		
PASSE ADIANTE, REPRODUZA.		
DEBATE, ORGÃO MARXISTA A SERVIÇO DA RESISTÊNCIA POPULAR, DA LIBERTAÇÃO DO POVO BRASILEIRO, DO SOCIALISMO.		
1001		1001
1002		1002
1003		1003
1004		1004
1005		1005
1006		1006
1007		1007
1008		1008
1009		1009
1010		1010
1011		1011
1012		1012
1013		1013
1014		1014
1015		1015
1016		1016
1017		1017
1018		1018
1019		1019
1020		1020

BALANÇO TRABALHISTA-SINDICAL DO ANO DE 1969

(publicado pelo DIEESE, no boletim DIEESE EM RESUMO)

Reajustes salariais em 1969Intervenção governamental

O ano não apresentou nenhuma mudança significativa na política salarial baixada pelo governo. Ela continuou a ser aplicada com o mesmo rigor...

No decorrer do ano, a taxa do resíduo inflacionário, para efeito de reajuste salarial, sofreu uma redução de 15 para 13%.

Mais uma vez aparecem dois pesos e duas medidas. Enquanto as autoridades da área da Fazenda ou do Planejamento situam suas previsões da taxa inflacionária em torno de 18 a 20%, essa taxa não é válida para a reconstituição salarial. Decreta-se uma taxa bem menor, acarretando a redução dos salários...

Posição patronal

A classe patronal, na defesa de seus interesses, continuou apoiando integralmente a política governamental. A única manifestação contrária foi utilizada pelo Sindicato dos Bancos da Guanabara que passou a achar a atual política favorável aos trabalhadores, conduzindo, a longo prazo, à melhoria de sua situação. Em seu lugar, querem mais arrôcho.

Condições de vida do trabalhador

Em 1958, as Entidades Sindicais, por intermédio do DIEESE, realizaram uma pesquisa de padrão de vida da família trabalhadora. Naquele ano, o salário médio do trabalhador paulista era de NC 8,54. Esse salário não dava para o trabalhador prover ao sustento de sua família, pois, de fato ele gastava NC 10,15, ou seja, tinha um déficit mensal de NC 1,61. Se esse trabalhador recebesse, a partir de 1959, um reajuste salarial correspondente ao aumento predominante conseguido nas campanhas salariais de cada ano, ele estaria ganhando, em 1969, NC 430,83 e deveria gastar para comprar as mesmas mercadorias que comprava em 1958, NC 664,82. Portanto seu déficit em 1969, seria de NC 233,99. Vejamos essa evolução, ano a ano:

QUEDA DO SALÁRIO REAL

ANO	Orçamento Mensal (Família Padrão)	Índice do Custo de vida	Salário Médio Mensal	
			Nominal	Real
1958	10,16 novos cruz.	100	8,54	8,54
1959	14,24 "	139	11,53	8,29
1960	18,63 "	183	15,86	8,67
1961	25,97 "	256	23,00	8,98
1962	39,90 "	393	36,79	9,36
1963	72,63 "	716	66,23	9,25
1964	127,83 "	1261	121,20	9,61
1965	211,76 "	2084	169,68	8,41
1966	325,93 "	3208	220,58	6,88
1967	431,42 "	4247	275,73	6,49
1968	537,64 "	5292	344,66	6,51
1969	664,82 "	6544	430,83	6,58

(O Salário nominal e real estão expressos em novos cruzeiros).

De acôrdo com o critério acima, o salário real do trabalhador, nos últimos anos, apresentou o seguinte comportamento. Em 1965, sofreu uma queda de 15,3%; em 1966, caiu 15,6%; em 1967, a queda foi de 5,6%; em 1968, apresentou uma recuperação insignificante de 0,3%; e finalmente em 1969, sofreu um incremento mínimo da ordem de 1,1%. Assim sendo, em relação a 1964, o salário real, expresso em moeda com o poder aquisitivo de 1958, apresenta uma queda, em 1969, de 31,5%.

No entanto, o que expusemos acima está baseado na suposição de que o trabalhador recebesse, todos os anos, o aumento predominante conseguido pelas diversas categorias, e que também ele não fôsse despedido de seu emprêgo, fato que se tornou mais fácil para as emprêsas, após o advento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço. Esse trabalhador, que obteve os aumentos salariais predominantes em cada ano que conseguiu se manter no mesmo emprêgo, durante 12 anos, teria sofrido uma redução em seus salários de 31,5%.

Mas a situação da maioria dos trabalhadores não é essa. Em 1969, as Entidades Sindicais realizaram pelo DIEESE, nova pesquisa de padrão de vida e chegaram à conclusão de que o salário médio mensal do chefe da família era de NCruz. 345,06. Deflacionando esse salário, ou seja, transformando-o em cruzeiros com o poder aquisitivo de 1958, teríamos NCruz. 5,19. Ou seja, o salário real do trabalhador apresentou uma redução de 64,5% em relação a 1958.

Esses dados da pesquisa demonstram que, malgrado as campanhas salariais, a situação do trabalhador piorou assustadoramente. Se os reajustes conseguidos fôsses cumpridos, hoje, a média salarial em São Paulo seria de aproximadamente NCruz. 430,83. No entanto a média salarial encontrada foi de NCruz. 345,06. Este fato demonstra que as emprêsas tem se valido de outras maneiras de reduzir os salários, entre as quais podemos inserir a dispensa sistemática de trabalhadores beneficiados pelos reajustes salariais. O esforço dos trabalhadores em manter seu poder aquisitivo, demonstrado nas campanhas de salários, é frustrado por novos mecanismos utilizados pelas emprêsas e facilitados por leis, como a do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Os trabalhadores perdem, devido à execução da política salarial do governo e perdem ainda mais, devido à execução da política salarial das emprêsas.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

NOTA: O texto acima foi publicado em DIEESE EM RESUMO, ANO IV, MARÇO DE 1970, N. 3. O texto que se segue foi publicado no N. 5 do mesmo boletim, com data de abril 70.

BALANÇO TRABALHISTA SINDICAL DO ANO DE 1969 - 3 Parte-Mercado de EmpregoB-Situação do Mercado de Trabalho no Estado de São Paulo

Aspectos Gerais

Mais de dois terços da população paulista se concentra nas cidades. Do total de 16.777.000 habitantes no Estado, 68,5% vive na zona urbana e 31,5% na zona rural (...).

No Estado de São Paulo, há 5.879.000 pessoas com menos de 14 anos, correspondendo a 35,0% da população. Internacionalmente, admite-se que uma pessoa de 14 anos já pode iniciar no trabalho. Se este limite facilita as comparações estatísticas, sabemos que, nos países subdesenvolvidos, principalmente nas áreas rurais, a população ingressa no mercado de trabalho com menos de 14 anos.

(...). No Estado de São Paulo, há 10.898.000 pessoas com 14 anos e mais, representando 65,0% do total de habitantes. Essa é a população em idade de trabalhar. Ela engloba dois grupos distintos: a Força de Trabalho e Fora da Força de Trabalho.

Estão Fora da Força de Trabalho todas as pessoas com 14 anos e mais, que não estão ocupadas e não podem ser consideradas desempregadas, pois não estão procurando emprego. São os estudantes, as donas de casa, os incapazes, os aposentados e os voluntariamente ociosos. No Estado de São Paulo, 4.498.000 pessoas estão Fora da Força de Trabalho, representando 41,3% da população em idade de trabalhar. Essa parcela vive às expensas da Força de Trabalho ocupada. Nesse grupo, 83,5% são mulheres (principalmente donas de casa) e 16,5% são homens.

A Força de Trabalho engloba as pessoas ocupadas e as desocupadas. A Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) considera pessoas ocupadas aquelas que, na época da pesquisa, estavam trabalhando e aquelas que, embora tivessem algum emprego ou negócio, estavam temporariamente afastadas por motivos de férias, dissídio coletivo, etc. Para a PNAD, pessoas desocupadas são aquelas que não estavam trabalhando e que não possuíam emprego ou negócio... mas que, nos meses anteriores à pesquisa, tomaram alguma providência para conseguir trabalho.

Em São Paulo, há 6.400.000 pessoas na força de trabalho, sendo 6.213.000 ocupadas. Isso quer dizer que 57,0% das pessoas com 14 anos e mais desempenham alguma atividade econômica.

Pessoas Ocupadas em Atividades Agrícolas

A PNAD apresenta os totais relativos às pessoas ocupadas em atividades agrícolas divididos em três grupos: a) empregados; b) trabalhadores por conta própria e empregadores; e c) membros da família que trabalham sem remuneração. Nas atividades agrícolas, temos 1.387.000 pessoas ocupadas, das

quais 539.000 são empregados, representando 38,9% do total; 397.000 são trabalhadores por conta própria e empregadores, constituindo 28,6% da força de trabalho ocupada na agricultura; é grande o número de trabalhadores familiares não-remunerados (451.000), atingindo aproximadamente um terço das pessoas ocupadas na agricultura.

Horas Trabalhadas

Na agricultura, trabalha-se...50 e mais horas semanais... Isso é devido, principalmente, ao regime de posse da terra a que os trabalhadores por conta própria estão sujeitos. Geralmente, são arrendatários, parceiros ou meeiros que alugam a terra e precisam trabalhar muito mais horas semanais para obter uma produção que lhes permita pagar o aluguel. O grande número de trabalhadores familiares não remunerados que trabalham mais de 40 horas semanais é o resultado do fato de parceiros, arrendatários e pequenos proprietários rurais buscarem na ajuda familiar a mão de obra para o cultivo da terra. A rigor, o emprêgo na roça não é do trabalhador, mas sim de toda sua família. Os empregados agrícolas, em sua maior parte, trabalham mais de 40 horas semanais. 51,6% tem jornadas de trabalho de 40 a 49 horas e 38,6% de 50 e mais horas semanais. A ausência de uma legislação trabalhista que regulamentasse o horário de trabalho rural faz com que o camponês trabalhe de sol a sol afim de que sua sobrevivência seja garantida.

Salário dos Empregados Agrícolas

A remuneração do trabalho nas zonas agrícolas é muito baixa. Enquanto que o salário mínimo, na época da pesquisa, era de CRS. 144,00 para a 2ª região, a maior parte dos empregados -82,5%- ganhava até CRS 119,96. A situação das mulheres era pior. 51,6% delas ganhavam até CRS 59,86, o que corresponde a 41,6% do salário mínimo da 2ª região. Aproximadamente 80,0% dos homens empregados ganhavam até CRS 119,96, o que corresponde a 83,3% do mínimo da 2ª região.

Não foi encontrada nenhuma pessoa ganhando mais de CRS %00,00% (...).

Pessoas Ocupadas em Atividades Não Agrícolas

A PNAD engloba em atividades não agrícolas a caça e pesca, a extração mineral e vegetal, as indústrias de transformação, o comércio, os bancos e serviços em geral. Existem 4.619.000 pessoas nessas atividades, a maior parte (3.727.000 pessoas ou 80,7% do total) são empregados. O total de trabalhadores por conta própria e os empregadores representa apenas 17,3% ou seja 799.000 pessoas na força de trabalho. O número de membros da família sem remuneração é de ... 2% da força de trabalho ocupada em atividades não agrícolas. A família deixa de constituir uma unidade de produção para predominar os trabalhadores individuais.

Horas Trabalhadas

De 40 a 49 horas semanais é a jornada de 59,6% das pessoas ocupadas. 63,5% dos empregados têm esta jornada de trabalho. Entre os empregados, 21,3% trabalham 50 ou mais horas semanais. É o grupo dos que necessitam fazer horas extras afim de cobrir suas necessidades de sobrevivência, compensando com maior esforço seus salários baixos.

A distribuição salarial dos empregados nas atividades não agrícolas não é tão concentrada em certas faixas como se notou nas atividades agrícolas. Entretanto, a faixa salarial de Cr\$ 120,00 a 239,96... congrega a maior parte dos assalariados (39,6%). Nota-se também que o salário das mulheres é mais baixo do que o dos homens. Encontramos 71,7% das mulheres ganhando até Cr\$ 239,96, enquanto 53,4% dos homens ganham até esse limite salarial.

PESSOAS DESOCUPADAS-Desemprego

Pessoas desocupadas, segundo a PNAD, são aquelas que não possuem emprego ou negócio e que tomaram alguma iniciativa para conseguir emprego nos... dois meses anteriores à semana da pesquisa... A taxa de desemprego... é de 2,9%. Essa taxa é baixa, em virtude da própria definição de desemprego utilizada pela PNAD. Considera-se desempregada a pessoa que não exerce nenhuma atividade econômica. No entanto, no Brasil, o desempregado, para sobreviver, procura fazer algum "trabalhinho", pois não existe auxílio desemprego, como nos países desenvolvidos.

Segundo a PNAD, no Estado de São Paulo, existem 187.000 desempregados, sendo 130.000 homens (69,5%) e 57.000 mulheres (30,5%).

DESEMPREGO E SUB-EMPREGO

A taxa de desemprego encontrada não é muito alta, devido ao critério adotado pela PNAD para classificar a pessoa desocupada. Sabemos que, no Brasil, não há possibilidade de alguém viver em estado de desemprego permanente. É necessário sempre procurar alguma forma de prover a subsistência. Surge então o desemprego disfarçado ou subemprego. São considerados como subemprego aquelas atividades de baixa produtividade e conseqüente pequena remuneração, como os diferentes tipos de vendedores ambulantes, guardadores de automóveis, domésticas e tarefas semelhantes.

As técnicas para medir o subemprego são relativamente pouco desenvolvidas e a ausência de melhores dados dificulta a avaliação das pessoas subempregadas. Uma aproximação da taxa de subemprego na economia paulista poderia ser tentada, através dos dados da PNAD. Consideraríamos subempregadas: a) os trabalhadores assalariados, de tempo parcial, que gostariam de trabalhar em tempo integral; b) os trabalhadores e empregadores por conta própria que ganham menos de Cr\$ 150,00 mensais...; c) metade de todos os trabalhadores

familiares não remunerados. Dessa maneira, chegaremos a uma taxa aproximada do subemprego em São Paulo. Acreditamos que a taxa encontrada não seja a real, mas o subemprego não seria menor que o encontrado. Por dificuldade de tratamento estatístico dos dados, somente estimaremos o subemprego nas atividades não agrícolas.

QUADRO VI.

DESEMPREGO E SUB-EMPREGO

Desemprego	Subemprego			Total
	Preferem trabalho integral	Ganham at Cr\$ 150,00	50,0% dos Trabalhadores Familiares	
em números totais 129.000	114.000	137.000	47.500	427.500
EM porcentagem 2,6		6,1		8,7

Podemos ver que, em situação de subemprego, teremos, no Estado de São Paulo, 6,1% da Força de Trabalho. Somado com a taxa anteriormente encontrada de desempregados, teremos, no Estado, 8,7% da Força de Trabalho, em situação de desemprego total ou de desemprego disfarçado.

CLASSE OPERÁRIA E CAMADAS MÉDIAS (continuação)

Fernando de Andrade

§4- Notas Complementares sobre as Classes Sociais no Campo Brasileiro

Numa passagem do livro III do Capital, na secção consagrada á Conve são do Sobre-Lucro em Renda da Terra, (que citamos a partir da edição francesa -Editions Sociales, vol. 8, pp. 178-179) Marx mostra como a superação da renda-dinheiro, forma mais desenvolvida de renda pré-capitalista da terra, dá lugar ao aparecimento das classes sociais características do modo de produção capitalista no campo. Citaremos em sua integralidade esta passagem, pôsto que constitui uma síntese rigorosa das transformações tendenciais provocadas pela penetração progressiva do Capital na agricultura:

"Com a metamorfose da renda-dinheiro modifica-se igualmente a relação costumeira tradicional entre os subordinados que detêm e cultivam uma parte do solo e o proprietário fundiário : ela se torna necessariamente uma simples relação monetária, fixada por contrato segundo as normas rígidas da lei positiva. O cultivador-possuidor da terra transforma-se assim naturalmente em simples arrendatário. Se as condições gerais da produção são, além disso, favoráveis, esta mudança é aproveitada no sentido da paulatina expropriação de todos os camponeses outrora possuidores da terra e de sua substituição por um arrendatário capitalista; mas, por outro lado, o

antigo possuidor da terra se libera, mediante pagamento da terra, da obrigação de fornecer uma renda e se transforma em camponês independente, tornando-se assim proprietário absoluto do solo que cultiva. Antes mesmo que a renda-produto se transforme em renda-dinheiro, ou paralelamente a esta transformação, constitui-se necessariamente uma classe de não-possuidores que se alugam por dinheiro, como diaristas. No período de formação dessa nova classe, quando ela ainda só existe esporadicamente, os camponeses ricos, obrigados a pagar renda, habitam-se a explorar por conta própria assalariados agrícolas, do mesmo modo como, na época feudal, os viloês endinheirados tinham êles próprios, a seu serviço, outros servos. Pouco a pouco aumentam suas oportunidades de juntar uma certa fortuna e de se tornarem êles próprios futuros capitalistas. Entre os antigos cultivadores, possuidores da terra, cria-se assim um viveiro de arrendatários capitalistas; seu desenvolvimento está ligado ao desenvolvimento geral da produção capitalista fora do campo e pode apresentar um ritmo bastante rápido quando circunstâncias favoráveis o encorajam, como no século XVI na Inglaterra, onde a desvalorização progressiva da moeda enriquecia os arrendatários às expensas dos proprietários fundiários, graças ao costume de contratos a longo termo".

Vemos aqui a determinação das diferentes classes engendradas pela penetração do Capital na agricultura e pelo progressivo desaparecimento das formas pré-capitalistas de renda da terra. Pelo menos 4 classes sociais rurais são definidas no texto de Marx que acabamos de citar: 1-proprietários fundiários, 2-arrendatários capitalistas, 3-camponeses, 4-operários agrícolas. Na realidade a classificação vai bem mais longe, sobretudo no referente aos camponeses. Conforme as indicações do texto, podemos dividir esta categoria social em 3a-camponeses possuidores de seus instrumentos de trabalho mas não possuidores da terra e portanto sujeitos ao pagamento de renda pré-capitalista da terra; 3b- camponeses possuidores da terra e dos instrumentos de trabalho. Esta classe teve particular importância na Europa e Marx consagra-lhe muitas páginas, tanto no Capital (livro III, cap. XLVII, Ed. Sociales pp. 183-192) quanto no 18 Brumário de Luis Bonaparte (toda a parte final em que Marx explica a base social do regime de Napoleão III, a saber o campesinato parcelário); 3c-camponeses ricos que exploram os operários agrícolas.

Mostramos no §3 destas notas (cf. Debate-5) as particularidades da propriedade rural no caso brasileiro. A penetração do Capital no campo deve, no referente a nosso país, ser determinada a partir do duplo ponto de vista da lenta incorporação à economia de mercado das diferentes formas de economia natural e da progressiva transformação da grande empresa agrícola colonial em grande empresa agrícola capitalista. Repetimos aqui, na tentativa de diri-

mir a velha controvérsia sobre a natureza das relações de produção no campo brasileiro, que a questão decisiva para se determinar o caráter capitalista da agricultura está na unidade complexa das forças produtivas e das relações de produção. Para que se desenvolvam as relações capitalistas de produção é necessário que se socializem as forças produtivas (contrariamente ao que pensa o ingênuo Jamil; para o qual o "a característica fundamental do modo de produção capitalista é a propriedade privada dos bens de produção" - Caminho Da Vanguarda, p. 1; Jamil parece ignorar que no modo de produção escravagista os bens de produção são propriedade privada do senhor de escravos, na pequena produção de mercado, são propriedade do pequeno produtor, no feudalismo, do senhor feudal e -parcialmente- do camponês). Ora, na agricultura, a terra, isto é, uma riqueza natural, desempenha papel fundamental no processo produtivo. Enquanto este papel for socialmente mais importante que o do Capital, a separação entre o produtor e o meio de produção não terá caráter capitalista, já que ela se coloca apenas ao nível da monopolização desta riqueza natural. É só no momento em que a simples posse da terra não mais assegura ao produtor um certo nível de produtividade de seu trabalho, que se produz a separação capitalista entre o trabalhador e os meios de produção. A miséria crescente de nossos posseiros é um sintoma do desenvolvimento acelerado deste processo no Brasil. Do mesmo modo, a simples monopolização da terra deixa de constituir condição suficiente para se apoderar do trabalho alheio. Onde a decadência da velha oligarquia latifundiária e a ascensão da agricultura capitalista. (Tal decadência pode ser -e vem sendo até certo ponto- acelerada pelo imposto territorial, que onera mais pesadamente as terras não-cultivadas ou insuficientemente cultivadas. Arrancando o imposto territorial das mãos dos municípios, e passando-o à órbita federal, a ditadura militar mostrou que seu compromisso principal não é com o velho latifúndio, mas com o capital monopolista). Hoje, no Brasil, o Capital tende a superar a Terra como principal meio de produção no campo. (Do ponto de vista do reformismo burguês, os artigos de Gilberto Paim e os 7 Ensaios de Barros de Castro descrevem este processo).

A consequência mais importante do ponto de vista dos revolucionários marxistas é a proletarização do campesinato. Segundo uma investigação promovida pelo governo do Estado de São Paulo havia, em 1964, num total de 2.051.000 trabalhadores agrícolas, 1.727.000 residentes e 324.000 volantes no Estado. Sabemos que o "residente", o "colono", é um semi-proletário, que pode tanto (como o indica o prefixo "semi") tender para um modo proletário quanto para um modo camponês de

existência. Mas é evidente que a fixação na terra do proprietário tende a eternizar a "transição" do camponês ao proletário, pouco importando aqui que o trabalhador assegure sua própria subsistência quer recebendo o equivalente a uma parte do produto (meação) ou recebendo um salário, já que de qualquer maneira a forma-salário ainda não se desenvolveu e o trabalhador não se apresenta como puro vendedor de sua própria força de trabalho. Por isso mesmo, a expulsão dos "colonos" e sua transformação em "volantes" vem configurar o pleno desenvolvimento do processo de proletarização, a plena transformação do camponês em proletário agrícola. Este processo é que pretendemos ilustrar com alguns dados. Voltando a eles: já em 1966 (dois anos depois dos levantamentos acima citados), num total de 1.962.000 pessoas ocupadas na agricultura (diminuição de 4,3% em relação a 64) havia 1.584.000 "residentes" e 378.000 volantes. Os primeiros passam, de 64 a 66, de 81,2% a 76,1% do conjunto dos trabalhadores rurais, ao passo que os segundos progredem de 18,8% a 23,9% no mesmo período. Ora, se calculamos que a relação entre trabalhador e não-trabalhador em cada família rural é de 1:3, podemos concluir que aproximadamente 1.200.000 pessoas viviam, em 1966, no Estado de São Paulo, do trabalho dos "volantes". A população do Estado, estimada para o mesmo ano, era de 15.556.000 pessoas. Donde se conclui o imenso peso social do proletariado agrícola em São Paulo. A revista Veja, em seu número 111, de 20 de outubro de 70, afirma que havia naquele momento 500.000 pessoas vivendo em favelas nas zonas agrícolas do norte do Paraná. Estas favelas eram todas recentes, fruto do processo de expulsão dos "colonos" das fazendas da região, e de sua transformação em "volantes". A revista descreve as miseráveis condições de existência dos "volantes", mostra como a exploração por parte do fazendeiro se acrescenta a exploração suplementar dos proprietários dos caminhões (os "gatos"), verdadeiros comerciantes de força de trabalho, que arrebanham os proletários de madrugada nas favelas e conduzem-nos por estradas esburacadas, os caminhões super-lotados, às fazendas onde trabalharão. Ainda segundo Veja, o salário diário dos "volantes" supera mui raramente 6 cruzeiros. Estes trabalhadores não dispõem de direito algum, não têm férias, nem aposentadoria, nem previdência social. Representam no entanto 30% da mão de obra rural do Paraná. A aceleração deste processo se deve indiscutivelmente à nova política agrária da ditadura, que definimos acima em suas linhas gerais (transformação da oligarquia latifundiária em grande empresa agrícola capitalista). No caso do Paraná: a política de erradicação dos cafezais fez com que só no ano de 1964, 526 milhões de cafezais tenham sido arrancados, desempregando 150.000 trabalhadores. Em 1967, com o começo da aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, os fazendeiros, para não ter de aplicá-lo, expulsam em massa os "colonos". Que pagam o preço da "reforma agrária prussiana"...

(continua nos prox. nums.)

DOCUMENTOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRAMR-8 : BALANÇO, FRENTE E PROGRAMAÇÃO

A elaboração desse trabalho tem por objetivos levar a todos os companheiros a visão política do MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO OITO DE OUTUBRO- MR-8, sobre o momento, contribuir para a interpenetração política entre as Os, bem como fortalecer as Frentes de Prática, fazendo com que as posições sejam na sua maioria fruto das discussões internas de cada organização.

Cabe adiantar, que para melhor compreensão das nossas posições, a leitura desse trabalho deve ser acompanhada pelo estudo de outros dois documentos, a saber: O relacionamento vanguarda/massa na fase da GR, publicado na Revista Arma da Crítica nº 2, de novembro de 70 e a Tribuna de Debates, assinada pela Direção, editada em setembro desse ano.

I: Balanço da prática da frente- setembro- novembro

O balanço que se pode realizar sobre a campanha de voto nulo é o próprio balanço da situação atual da esquerda revolucionária. Vários erros acumulados conduziram ao não cumprimento do planejamento proposto. Os erros da proposição aprovada devem ser analisados em dois níveis: o da nossa O. e o da Frente. Além desses dois níveis, as consequências da queda e morte do companheiro Comandante Joaquim Câmara Ferreira.

A campanha procurava romper com a visão até então predominante de buscar trabalho em frente a partir de uma visão estreita de identificação estratégicas. Procurou-se estabelecer uma prática conjunta em torno de concordâncias com a prática a ser efetuada no momento atual. Nesse sentido o documento de programa da Frente teve grande importância, mas a programação foi realmente idealista. Idealista ao não analisar no plano concreto as possibilidades operacionais de cada O. revolucionária, sendo um programa do que se deveria fazer antes de ser o programa realista do que se poderia fazer.

No plano de nossa O., erramos na avaliação de nossas forças (embora elas existissem potencialmente) e nas possibilidades de cumprirmos o programa. Mantivemos até a morte do Velho a ilusão de que ainda se conseguiria atingir a ação de nível C, embora nem as de nível B estivessem ainda sendo encaminhadas, e as tarefas de preparação da ação de nível C cada vez mais fôssem se atrasando pelo acúmulo de problemas internos. Faltava aos GPIs, o azeitamento necessário até para ações menores (por ex: levamos quase um mês para realizar

uma ação de meios). Em termos mais gerais, não deixou de ser um sonho muito alto para quem saía de um longo período de reestruturação interna.

No plano da Frente, seu caráter ainda embrionário e a aproximação ainda cautelosa entre as organizações levou também a que no plano geral as tarefas fôsses mal conduzidas. Em vez de se partir para uma divisão de tarefas, cada C. passou a tentar realizar sozinha tôdas as tarefas, e no entanto a situação das demais Cs. era tanto ou mais precária que a nossa, porque as dificuldades internas e foram acrescidas da existência de um número limitado de quadros em condições de combate. Embora no planejamento inicial da campanha, tivessem havido concordância, com a necessidade de implantação melhor das esquerdas (aparelhagem para os quadros, recuo, saúde). O que observamos foi como o correr do tempo o abandono dessas premissas e a concentração total para a execução dos sequestros (mais uma manifestação do imediatismo da prática).

A morte de Toledo e a subsequente abertura do planejamento acabaram de embananar a realização das ações, com a ofensiva da reação atingindo as Cs. despreparadas para seguir seu planejamento. Assim, o que seria a maior ofensiva das forças revolucionárias desde o início de 69 reduziu-se a restritas atuações coordenadas nas camadas médias e a montagem de alguns COMITÊS DE DEFUNÇÃO (também nas CMPs). Tôdas as ações foram de nível A.

Apesar disso, os resultados da campanha eleitoral mostraram que mesmo sem a nossa atuação de maneira determinada, o desgaste que a ditadura sofreu no processo eleitoral foi muito maior que nas eleições anteriores (66,68 em S.P.)

Em termos de uma análise de conjuntura nacional, pode-se verificar êsse desgaste nas análises feitas por diversos setores, desde os mais identificados com o governo até à oposição consentida do M.D.B. A ditadura desgastou-se ao ter que neutralizar setores nacionalistas e liberais (isolando-os e reprimindo-os) militares "albuquerquistas" e setores de classe média (advogados e jornalistas). Ao partir para esta ofensiva prévia contra todos os que poderiam capitalizar o isolamento político da ditadura - nós ativamente e os setores nacionalistas, passivamente - lançando a ofensiva de repressão contra nós e prendendo mais de 1000 pessoas entre militares e profissionais liberais, estudantes, a ditadura conseguiu uma vitória de Pirro, pois se não atuamos e se os nacionalistas não podem cobrar a derrota do governo, ela não conseguiu esconder os números que provam a situação de recusa a farsa eleitoral.

O que foi uma derrota para êles não foi, apesar disso, uma

vitória para nós, na medida em que fato não se verificou uma identificação maciça com a perspectiva da E.R. nos votos nulos. Não passou ainda de um descontentamento e uma recusa não capitalizados. O próprio M.D.E. conseguiu arrastar ainda, setores consideráveis, principalmente na GB e em S.P., através de programas identificados com as aspirações mais imediatas da massa (Danton Jobim- GB e F. Montoro em SP). Não apenas aqueles setores que votaram em Locôto, Cabeção, Pelé e Teixeira, mas como amplas parcelas dos que ainda se iludiram com as perspectivas reivindicatórias dos Danton e Montoro, serão ou não capitalizáveis conforme nossa atuação daqui por diante. O potencial de apoio existe de fato, mas nosso avanço só se materializará se conseguirmos a E.R. através de campanhas bem desenvolvidas de luta identificadas com as aspirações das classes exploradas, canalizar pelo menos parte desse potencial.

II- A FRENTE

A análise da prática anterior (últimos dois anos) da E.R. nos levou a conclusão a cerca do seu espontaneísmo e empirismo. Sabemos que grande parte desses "ismos" têm, entretanto, a sua razão histórica.

Cabe então um esforço concentrado visando sua ruptura. Poderíamos tentar isso de duas maneiras; a primeira seria através de uma proposta de organização de frente baseada principalmente na identificação (grande proximidade) das linhas políticas das Cs., a segunda seria ainda a aproximação entre as Cs., mas cujo critério principal seja sua concordância com a luta armada e principalmente sua disposição e experiência sobre a luta armada. Observando bem, vemos que os dois caminhos podem também ser abertos sob o seguinte prisma: discutir depois praticar ou praticar em cima de concordâncias básicas e durante a prática aprofundarmos as discussões. A segunda hipótese é a mais correta pois a discussão longe da prática não constrói e hoje praticar é desenvolver a luta armada. Nesse sentido a atual frente entre as Cs. está sendo um passo correto. Entretanto essa proximidade de prática e discussão tem demonstrado mais claramente as debilidades de cada C., e a luz desses fatos é que devemos aprofundar o comportamento que cada um deve ter na frente.

1- caráter decisório - consideramos que o distanciamento existente entre as Cs., quer seja por falta de prática mais sistemática, quer seja por debilidade da discussão política não permite a criação de um comando único ao qual cada C. deveria obediência, ou seja, a instalação do centralismo democrático. Essa deficiência não deve servir entretanto, para que as Cs. encarem a discussão da fren-

te como mero exercício teórico. Consideramos que cada posição aprovada na reunião tem um peso político importante, pois na pior das hipóteses reflete a posição da maioria das Cs. A decisão de uma organização que tenha tido sua posição derrotada na frente e mesmo assim coloca em prática, deve ser analisada em cada circunstância e deverá ser exercida uma crítica radical.

Não podemos nos iludir com a possibilidade de ocorrência desses fatos, pois a prática conjunta ainda é muito débil e os desvios existentes no seio das Cs. ainda é grande. Os fatores que determinam a execução em prática de uma determinada posição, mesmo quando derrotada na frente, são: confiança no acerto, baluartismo (achar que só ela encaminha a revolução), afirmação (dar uma estocada para se afirmar, mesmo quando enfraquecido). Vemos que das 3 hipóteses levantadas, só a primeira é justa. Entretanto, mesmo quando êsses fatos ocorrem, não devem ser encarados como que determinantes para uma ruptura da frente; precisamos compreender quanta coisa simples colocação do problema para o conjunto das Cs. já é um avanço é que ao isolarmos uma C. que toma uma atitude em nada contribui para a superação.

2- democracia interna - outra forma de fortalecimento da frente é fazer com que a direção das Cs. procurem defender posições que na sua maioria tenham circulado no interior das Cs. Só assim nos interpenetraremos

Resumiremos alguns pontos importantes :

PROPAGANDA INTERNA

Essas campanhas devem se orientar no sentido de compreender o verdadeiro papel da P.A. na fase atual, que não é simplesmente de nos dar direitos a manchetes circunstanciais na imprensa burguesa, nem tão pouco de levar a perspectiva de resoluções parciais dos problemas das camadas populares que chegam a ser, a não serem casos específicos e locais, deseducativas para a massa.

Definimos 3 objetivos que devem estar sempre situados nas campanhas de P.A. a serem encetadas. Us, não se desligam dos outros, mas se interam dialôticamente, assumindo alternadamente maior ou menor importância em relação aos outros. São nossos objetivos permanentes:

- 1) a influência na realidade, atuando sobre as questões políticas gerais.
- 2) o desenvolvimento de um lastro político da P.R. junto as massas, semeando bases para a atuação direta sobre determinadas camadas e

42

áreas, e a partir disso, superar o estrangulamento da E.R., buscando a formação de novos quadros revolucionários. A tarefa dos grupos armados de combatentes revolucionários é mostrar ao povo que a luta armada é o único caminho a seguir.

TRABALHO INTERNO

Em relação ao trabalho interno às classes revolucionárias, se já superamos as antigas perspectivas de enraizamento orgânico na classe na classe operária na atual fase, não devemos cair também no extremo oposto, igualmente errado, de não procurar vinculação dentro das camadas revolucionárias. O objetivo do trabalho interno é desenvolver a agitação e a propaganda nas áreas mais importantes. Essa agitação e propaganda deverá se efetuar tanto em torno dos problemas mais gerais como dos problemas específicos e locais. Esse trabalho deverá ser realizado clandestinamente por pequenos grupos de ação, através de pichações, panfletagens, colagens, etc; nos locais definidos. Esses grupos formados a partir dos contatos da C. nessas áreas, são formados de prolétários da própria área, seja de trabalho ou moradia. Deve-se acima de tudo estimular a criatividade dos contatos para a prática, preservando as normas de segurança que garantem a invulnerabilidade e a continuidade do trabalho. Os GPMs contribuirão para a dinamização do Trabalho Interno, executando as ações de propaganda armada.

Nas lutas espontâneas locais, embora nesse momento sejam raras, a atuação da C. não deverá se dar no sentido de segurar a massa ou tolher sua iniciativa, desde que a C. e a E.Rv. não podem ainda apresentar uma alternativa global para a massa, e portanto, tentar controlá-la politicamente. Sempre que pudermos, deveremos aprofundar o espírito de luta e a iniciativa da massa. Nesse trabalho interno, a imprensa rev. cumpre um importante papel e deverá ser nossa perspectiva criar e manter um jornal que atinja essas camadas diretas (por ex: reeditar o Fôrça Operária). Esse jornal deverá ser o instrumento de canalização e divulgação das experiências, de estímulo da prática dos grupos de ação clandestinos e o meio de travarmos uma imensa luta ideológica nessas áreas.

AREAS

Quanto a definição das áreas de concentração do trabalho político, deve-se abandonar de uma vez por todas a definição de setores principais; pois ela é extremamente vaga na medida em que os setores como tal não se encontram em movimento. A realidade nos o-

briga a particularizar mais, a definir áreas, os locais onde se encontram as massas revolucionárias. Essas áreas, tanto de trabalho quanto de moradia, é que nos interessa definir. Os critérios a serem utilizados são:

1. número de elementos; 2. contradições acirradas; 3. tradição de luta; . Nesse ponto devem ser consideradas as experiências de lutas recentes, e não " tradição histórica de lutas". Politicamente e conseguiremos dar passos seguros no desdobramento da prática quer seja para um planejamento nacional, com a consequente divisão de áreas, quer na prática de campo e outras mais.

A circulação de documentos das diversas Os. deverá se tornar um hábito e não uma excessão.

Esses dois pontos têm quase o sentido normativo. Do ponto de vista mais geral, cabe que passemos a uma atitude mais globalizante no interior da frente. É certo que presentemente temos nos pautado muito mais em cima de planejamentos para a prática (Vide campanha do voto nulo) do que de discussões políticas mais gerais, entretanto só teremos uma capitalização geral, quando passarmos a enfocar as questões políticas que polulam sobre a realidade. Precisamos sair do nível superficial da prática para irmos à interpretação da prática. Nesse sentido propomos alguns pontos para a reflexão e posterior resposta dos companheiros.

1- A propaganda armada; 2- A relação vanguarda/massa; 3- Luta armada no campo (como desenvolver o trabalho); 4- Crítica do militarismo e do espontaneismo; 5- A infraestrutura político-militar nos centros urbanos (IPM); 6- Programa para a frente.

Esses itens propostos acima são alvo de abordagem na Arma da Crítica nº 2 e na Tribuna da direção de setembro de 70.

Não devemos temer, devido às experiências tidas no passado, que a discussão aprofundada venha a estremecer as possibilidades de continuação da frente. No passado a situação era bem outra: a) as Os. acabavam de sair de uma experiência de discussões desgatantes, devido a falta de prática, durante os rachas e, estavam tendendo fortemente para o sectarismo. O baixo nível político e ideológico não propiciava a compreensão profunda de uma necessidade de união das E.Rs. b) a falta de prática levava a que quase não existissem pontos comuns ensinados pela própria prática.

Atualmente a compreensão da necessidade de união está mais forte e, por outro lado a própria existência de uma prática da E.Rv. dá mais substância a qualquer discussão em frente; os problemas políticos existem, entretanto os objetivos comuns, idem...

Para efeito de argumentação, vemos o caso da PA que todos pretendem colocar em prática. É o caso da infra-estrutura que todos objetivam de forma mais ou menos análoga. É a necessidade de saída do isolamento político que todos têm algum nível de compreensão. A discussão geral vai portanto esclarecer êsses pontos comuns evitando precipitações e simplificações. Devemos deixar claro que embora consideremos importante o aprofundamento político entre nós, o planejamento e discussão sobre a prática, no atual momento tático ainda são principais.

QUANTO AS OS. QUE NÃO FAZEM PARTE DA FRENTE

As experiências de prática anterior das diversas Os. e suas posições políticas fizeram com que chegassem a conclusões diferentes em relação a prática conjunta. Embora estejamos dando principalidade à prática coordenada pela frente, vemos que existem "tipos de prática" que essas Os. ainda não desenvolveram.

Temos o caso concreto da VAR-Palmares, que pretende desenvolver uma prática junto aos trabalhadores. Trabalho êsse que para seu maior rendimento (tanto operacional quanto político) deve ser encaminhado em frente. (divisão de áreas). Nós propomos a discussão e o encaminhamento concreto de uma frente operacional e política nesse setor com essa O. e outras que se disponham a mesma tarefa.

Não devemos nos limitar a êsse trabalho e nem encarar a prática como se desenvolvendo exclusivamente entre as Os. da frente. Convocamos as demais Os.Rev. a manterem contato ao nível de direção a procurarem atingir autonomia de ação (procuraremos contribuir para isso) e a se disporem a abertura de um processo de interpenetração política. As nossas posições sobre o Trabalho Interno, encontram-se desenvolvidas na "Arma da Crítica" nº 2, e na Tribuna da Direção setembro de 1970.

III- PROGRAMAÇÃO

Houve polarização na frente (última reunião) entre a posição que propunha um planejamento, cuja principalidade estava voltada para o assentamento da esquerda revolucionária e a outra que pugnava pela execução imediata de sequestros. Êsse fato, por si só, serve de ilustração e de demonstração das dificuldades, mesmo no plano tático que devemos superar.

O conjunto deste trabalho, procura situar a nossa situação (E.R.), a da ditadura e a da massa (análise de conjuntura). Sabemos que uma programação correta tem que ser fruto da interação dialética

dessas variáveis.

Já analisamos a situação de nossas forças, a realidade das Os. e o não atingimento das metas anteriormente estipuladas (com a concordância do conjunto das Os). Vimos o porque de não termos atingido: Não cabe a pecha de "recuistas" pois nunca nos propusemos a ficar sentados, construindo infra-estrutura. Sempre tivemos a visão de construí-la na luta e temos certeza que demos mostras disso (basta observarmos as últimas ações).

Consideramos que a programação da frente par os meses de Dezembro e Janeiro, deve ser principalmente a de obtenção de meios para sua implantação. Definimos esse tempo por considerarmos que as causas que levaram ao imperramento ainda não foram superadas, portanto devemos ter uma demarcação de tempo que leve em consideração essa dificuldade. Não sera exaustivo afirmar, quais são as bases mínimas de implantação; aparelho para todos os quadros, recuo para cada um, e saúde para atuação. Como vemos não consideramos como necessidade imediata uma gráfica, aparelho de treinamento, explosivos, documentação, etc... , lutamos pelo não amadorismo nas coisas mais elementares.

Essa visão não deve ser entendida como tecnicista. Ela sintetiza as necessidades atuais da prática urbana, permitindo assim o desenvolvimento do trabalho político da vanguarda junto as massas. Sem isto, é querer de tempo em tempo espetar a realidade. precisamos nos preparar para em cada 10 ações por nós executada, 7 sejam políticas e as restantes de meios.

Quanto a definição de campanhas de lutas, alguns esclarecimentos tornam-se necessários; algumas campanhas devem ser por nós explicitadas, servindo para a polarização da massa; a campanha é uma forma de desenvolvermos organizadamente nossa prática, preparando o seu desenvolvimento em diversas fases.

Ao definirmos o momento da campanha, temos que levar em consideração a polarização da massa e de nossas forças (principalmente essas duas variáveis) . No caso da campanha do voto nulo, mesmo sem termos condições razoáveis para a prática, ela por si só já era fator de polarização. Sendo assim, todos os sacrifícios deveriam ser desenvolvidos para o seu encaminhamento (e vimos no balanço as inúmeras dificuldades que enfrentamos). Logo, queremos após a Campanha do voto nulo, definir niva campanha para os próximos 2 meses é não extrair as experiências desse período de prática e forçar globalizações sem levar em considerações as especificidades conjunturais (eleição, polarisa de uma forma, tortura de outra). Concluindo, podemos afirmar que nesses dois meses deveremos concentrar

nossa prática principalmente nas ações de meio e secundariamente nas políticas.

No que concerne as ações políticas, achamos que devemos iniciar uma atuação que vise a aproximação com os setores das massas; a propaganda de suas lutas e reivindicações (suas aspirações) e nesse contexto combateremos a tortura e a dismitificação da propaganda da ditadura. Fimdo os meses (dezembro e janeiro), passaremos a dar principalidade a uma campanha que combata o custo de vida (através de propaganda armada vinculada), a tortura e a propaganda da ditadura.

O planejamento que fizemos na reunião da frente permanece de pé e iremos omití-lo aqui por questões de segurança.

MOVIMENTO REVOLUCIONARIO 8 DE OUTUBRO (MR-8)
4 de dezembro de 1970

MAIS UMA DOS DEFENSORES DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

Transcrevemos aqui, sem comentários, pôsto que a notícia fala por si mesma, uma nota aparecida no conceituado órgão da imprensa paulistana, O Estado de São Paulo de 11 de dezembro de 1970. Mostra os resultados do terrorismo de Estado e do regime policial-militar:

"DENUNCIOU O PRÓPRIO PAI-Do serviço local- Um menino de 12 anos de idade denunciou o próprio pai por atividades subversivas. Feita a busca na residência do denunciante (NOTA: deviam acrescentar, "e do denunciado..."), ali apenas foram encontrados vários livros, entre os quais diversos de orientação marxista. Porém não havia metralhadoras, granadas, explosivos, nem sinais de reuniões ilegais". Podíamos bolar, a partir desta notícia, uma nova palavra de ordem, já que o militarismo burguês não prima pela imaginação política. Aqui vai pois nossa colaboração: PAPAI, AME-O OU DEDE-O !

INDICE

EDITORIAL: AS CONTRADIÇÕES NO SEIO DAS CLASSES DOMINANTES ----- p.3

CARLOS MARIGHELLA : A CRISE BRASILEIRA(4 e 5) ----- p.16

PALAVRAS DE UM COMBATENTE----- p.25

NORBERTO NEHRING : O CHE E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA----- p.26

DIEESE : BALANÇO-TRABALHISTA-SINDICAL DO ANO DE 1969----- p.30

FERNANDO DE ANDRADE: CLASSE OPERÁRIA E CAMADAS MÉDIAS(continuação)----- p.35

MR-8 : BALANÇO, FRENTE E PROGRAMAÇÃO----- p.39

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

LEIA, DISCUTA, PASSE ADIANTE, COLABORE COM DEBATE !